

Universidade do Sul de Santa Catarina

Introdução às Relações Internacionais

Disciplina na modalidade a distância

Palhoça
UnisulVirtual
2006

Apresentação

Este livro didático corresponde à disciplina **Introdução às Relações Internacionais**.

O material foi elaborado visando a uma aprendizagem autônoma, abordando conteúdos especialmente selecionados e adotando uma linguagem que facilite seu estudo a distância.

Por falar em distância, isso não significa que você estará sozinho. Não esqueça que sua caminhada nesta disciplina também será acompanhada constantemente pelo Sistema Tutorial da UnisulVirtual. Entre em contato sempre que sentir necessidade, seja por correio postal, fax, telefone, e-mail ou Ambiente Virtual de Aprendizagem. Nossa equipe terá o maior prazer em atendê-lo, pois sua aprendizagem é nosso principal objetivo.

Bom estudo e sucesso!

Equipe UnisulVirtual.

Antônio Manoel Elíbio Júnior
Morgana Aparecida de Matos

Introdução às Relações Internacionais

Livro didático

Design instrucional
Carolina Hoeller da Silva Boeing

Palhoça
UnisulVirtual
2006

327

E44 Elíbio Júnior, Antônio Manoel

Introdução as relações internacionais : livro didático / Antônio Manoel Elíbio Júnior, Morgana Aparecida de Matos ; design instrucional Carolina Hoeller da Silva Boeing. – Palhoça : UnisulVirtual, 2006.
138 p. : il. ; 28 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 85-60694-88-9
ISBN 978-85-60694-88-4

1. Relações internacionais. 2. Globalização. I. Matos, Morgana Aparecida de. II. Boeing, Carolina Hoeller da Silva. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

Créditos

Unisul - Universidade do Sul de Santa Catarina UnisulVirtual - Educação Superior a Distância

Rua João Pereira dos Santos, 303
Palhoça - SC - 88130-475
Fone/fax: (48) 279-1541 e 279-1542
E-mail: cursovirtual@unisul.br
Site: www.virtual.unisul.br

Reitor Unisul
Gerson Luiz Joner da Silveira

Vice-Reitor e Pró-Reitor Acadêmico
Sebastião Salésio Heerdt

Pró-Reitor Administrativo
Marcus Vinícius Anátoles da Silva Ferreira

Campus Tubarão e Araranguá
Diretor: Valter Alves Schmitz Neto
Diretora adjunta: Alexandra Orseni

Campus Grande Florianópolis e Norte da Ilha
Diretor: Ailton Nazareno Soares
Diretora Adjunta: Cibele Schuelter

Campus UnisulVirtual
Diretor: João Vianney
Diretora adjunta: Jucimara Roesler

Equipe UnisulVirtual

Administração
Renato André Luz
Valmir Venício Inácio

Bibliotecária UnisulVirtual
Soraya Arruda Waltrick

Coordenação dos Cursos

Adriano Sérgio da Cunha
Ana Luisa Mülbart
Ana Paula Reusing Pacheco
Diva Marília Flemming
Elisa Flemming Luz
Itamar Pedro Bevilacqua
Janete Elza Felisbino
Jucimara Roesler
Lauro José Ballock
Marcelo Cavalcanti
Luiz Guilherme Buchmann Figueiredo
Mauri Luiz Heerdt
Mauro Faccioni Filho
Mauro Pacheco Ferreira
Nélio Herzmann
Onei Tadeu Dutra
Patrícia Alberton
Patrícia Pozza
Rafael Peteffi da Silva
Raulino Jacó Brüning

Design Gráfico
Cristiano Neri Gonçalves Ribeiro (coordenador)
Adriana Ferreira dos Santos
Alex Sandro Xavier
Fernando Roberto Dias Zimmermann
Higor Ghisi Luciano
Pedro Paulo Alves Teixeira
Rafael Pessi
Vilson Martins Filho

Equipe Didático-Pedagógica

Angelita Marçal Flores
Carmen Maria Cipriani Pandini
Caroline Batista
Carolina Hoeller da Silva Boeing
Cristina Klipp de Oliveira
Dalva Maria Alves Godoy
Daniela Erani Monteiro Will
Dênia Falcão de Bittencourt

Elisa Flemming Luz
Enzo de Oliveira Moreira
Flávia Lumi Matuzawa
Karla Leonora Dahse Nunes
Márcia Loch
Patrícia Meneghel
Silvana Denise Guimarães
Tade-Ane de Amorim
Vanessa de Andrade Manuel
Viviane Bastos
Viviani Poyer

Monitoria e Suporte
Harrison Laske (coordenador)
Alessandro Rosa
Caroline Mendonça
Edison Rodrigo Valim
Gislane Frasson de Souza
Josiane Conceição Leal
Rafael da Cunha Lara
Vinícius Maycot Serafi m

Produção Industrial e Logística
Arthur Emmanuel F. Silveira
Eduardo Kraus
Francisco Asp
Jeferson Cassiano Almeida da Costa

Projetos Corporativos
Diane Dalmago
Vanderlei Brasil

Secretaria de Ensino a Distância
Karine Augusta Zanoni (secretária de ensino)
Djeime Sammer Bortolotti
Carla Cristina Sbardella
Grasiela Martins
James Marcel Silva Ribeiro
Lamunié Souza
Liana Pamplona
Maira Marina Martins Godinho

Marcelo Pereira
Marcos Alcides Medeiros Junior
Maria Isabel Aragon
Olavo Lajús
Priscilla Geovana Pagani
Ricardo Alexandre Bianchini
Silvana Henrique Silva

Secretária Executiva
Viviane Schalata Martins
Tecnologia
Osmar de Oliveira Braz Júnior (coordenador)
Giorgio Massignani
Rodrigo de Barcelos Martins
Sidnei Rodrigo Basei

Edição - Livro didático

Professor autor
Antônio Manoel Elíbio Júnior
Morgana Aparecida de Matos

Design Instrucional
Carolina Hoeller da Silva Boeing

Projeto Gráfico
Equipe Unisul virtual

Diagramação
Alex Sandro Xavier

Revisão
Morgana Barbieri

Sumário

Apresentação	3
Palavras do professor.....	9
Plano de estudo	11
UNIDADE 1 – Introdução às relações internacionais	17
UNIDADE 2 – Conceitos e teorias das relações internacionais	41
UNIDADE 3 – Sujeitos das relações internacionais.....	59
UNIDADE 4 – Globalização e regionalização.....	75
UNIDADE 5 – O Brasil e as relações internacionais mundiais	107
Para concluir o estudo	129
Sobre os professores conteudistas.....	131
Referências	133
Respostas e comentários das atividades de auto-avaliação	135

Palavras dos professores



Bem-vindo (a) à disciplina de Introdução às Relações Internacionais.

O objetivo principal da disciplina é implementar o estudo sobre a inserção do Brasil no quadro geral das Relações Internacionais.

Neste sentido, a disciplina visa possibilitar a reflexão e análise no que diz respeito a temas como a formação de blocos econômicos, as disputas internacionais comerciais, a atuação e interferência da Diplomacia Brasileira em questões militares-políticas e socioculturais, complementa a consolidação da formação acadêmica do estudante de Gestão de Comércio Exterior.

A complexidade política e social do mundo contemporâneo, a abertura de novos mercados consumidores, a ampliação das relações diplomáticas do Brasil requer, de você aluno, habilidades de interação e intermediação de estratégias para a resolução e formulação de questões que visam o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Nas cinco unidades da disciplina você vai acompanhar desde o processo de formação dos Estados Nacionais até a criação dos blocos comerciais no final do século XX.

Um bom estudo!

Professor Antonio Manoel Elíbio Júnior

Professora Morgana Aparecida de Matos



Plano de estudo

O plano de estudos visa a orientar você no desenvolvimento da Disciplina. Ele possui elementos que o ajudarão a conhecer o contexto da Disciplina e a organizar o seu tempo de estudos.

Ementa

Histórico das Relações Internacionais. Conceitos e Teoria das Relações Internacionais. Sujeitos das Relações Internacionais. Globalização e Regionalização. O Brasil e as Relações Internacionais Mundiais.

Objetivos da disciplina

- Entender as estruturas e o funcionamento dos organismos internacionais e suas relações com o contexto político-social e econômico brasileiro;
- Analisar a gestão das políticas de desenvolvimento sócio-econômico no Brasil no contexto da Globalização;
- Identificar a viabilidade de abertura de mercados externos e parcerias internacionais;
- Compreender a dinâmica das Relações Internacionais contemporâneas como a formação de blocos de integração econômica e o fenômeno da globalização.

Conteúdo programático/objetivos

Veja, a seguir, as unidades que compõem o Livro Didático desta Disciplina e os seus respectivos objetivos. Estes se referem aos resultados que você deverá alcançar ao final de uma etapa de estudo. Os objetivos de cada unidade definem o conjunto de conhecimentos que você deverá possuir para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à sua formação.

Unidades de Estudo: 5

Unidade 1 – Introdução às relações internacionais

Nesta unidade você estudará inicialmente a ordem mundial no século XIX, poderá observar desde a formação dos estados nacionais ao sistema de dominação imperialista. Em seguida procuramos traçar uma breve contextualização sobre o Império Britânico, desde sua ascensão gradual à expansão dos Estados Unidos. Para finalizar a unidade procuramos delinear sobre a desordem mundial no final do século XIX, desde o fim dos impérios coloniais às transformações políticas das primeiras décadas do século XX.

Objetivos

- Analisar a formação dos Estados Nacionais Europeus.
- Estudar a reorganização das forças políticas e econômicas internacionais nos séculos XVIII e XIX.
- Perceber a ascensão do Império Britânico no século XIX e sua interface com a Revolução Industrial.

Unidade 2 – Conceitos e teorias das relações internacionais

É imprescindível conhecer os grandes debates que formam as concepções evolutivas das teorias das Relações Internacionais, os quais marcam o confronto entre as teorias emergentes e as teorias dominantes, influenciando no surgimento de mudanças significativas na estrutura e no funcionamento do sistema internacional.

Objetivos

- Entender o contexto dos primeiros estudos das Relações Internacionais, e sua importância nos estudos contemporâneos mundiais.
- Compreender a dinâmica das Relações Internacionais contemporâneas como a formação de blocos de integração econômica e o fenômeno da globalização

Unidade 3 – Sujeitos das relações internacionais

Esta unidade abordará o estudo da origem e desenvolvimento dos processos internacionais, bem como características da ordem mundial, baseadas nas relações entre os Estados e os múltiplos atores que constituem o sistema internacional.

Objetivos

- Compreender as características do ordenamento mundial a partir dos estudos dos atores das Relações Internacionais.
- Estudar o desenvolvimento dos processos internacionais, bem como características da ordem mundial, baseadas nas relações entre os Estados e os múltiplos atores que constituem o sistema internacional.

Unidade 4 – Globalização e regionalização

Na unidade 4 você estudará sobre a Globalização como fenômeno mundial, desde o fim do período de guerras mundiais ao estabelecimento de uma nova ordem bipolar. Você verá também os processos de integração mundial, a crise do sistema global e a redefinição da ordem mundial. Ao finalizar a unidade você estudará a formação dos blocos econômicos regionais: a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Objetivos

- Analisar a configuração da ordem global com a I e II Guerra Mundiais.
- Estudar o surgimento da ordem bipolar com o final da II Guerra Mundial.
- Verificar a formação dos blocos regionais e sua interface com a Globalização.

Unidade 5 – O Brasil e as relações internacionais mundiais

Apresenta-se nesta unidade a inserção econômica e política do Brasil no cenário internacional mundial e os dilemas da agenda da Política Externa Brasileira.

Objetivos

- Compreender a realidade da política externa brasileira na sociedade internacional.
- Estudar a inserção econômica e política do Brasil no mundo globalizado.
- Verificar os dilemas da agenda da Política Externa Brasileira.

O processo de ensino e aprendizagem na UnisulVirtual leva em conta instrumentos que se articulam e se complementam, portanto, a construção de competências se dá sobre a articulação de metodologias e por meio das diversas formas de ação/ mediação.

São elementos desse processo:

- O Livro didático.
- O AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem).
- Atividades de avaliação (complementares, a distância e presenciais).

Agenda de atividades/Cronograma

- Verifique com atenção o “**Ambiente Virtual de Aprendizagem**”, organize-se para acessar periodicamente o espaço da Disciplina. O sucesso nos seus estudos depende da priorização do tempo para a leitura, da realização de análises e sínteses do conteúdo e da interação com os seus colegas e tutor.
- Não perca os prazos das atividades avaliativas. Registre no espaço a seguir as datas com base no cronograma da disciplina disponibilizado no AVA.
- Use o quadro para agendar e programar as atividades relativas ao desenvolvimento da Disciplina.

Atividades	Datas
Atividade de Avaliação a Distância	
Avaliação Presencial 1	
Avaliação Presencial 2	
Avaliação Final	
Demais atividades (registro pessoal)	

UNIDADE 1

1

Introdução às relações internacionais



Objetivos de aprendizagem

- Analisar a formação dos Estados Nacionais Europeus.
- Estudar a reorganização das forças políticas e econômicas internacionais nos séculos XVIII e XIX.
- Perceber a ascensão do Império Britânico no século XIX e sua interface com a Revolução Industrial.



Seções de estudo

- Seção 1** A ordem mundial no século XIX: da formação dos estados nacionais ao sistema de dominação imperialista.
- Seção 2** O Império Britânico: da ascensão gradual do Império Britânico à expansão dos Estados Unidos.
- Seção 3** A desordem mundial no final do século XIX: do fim dos impérios coloniais às transformações políticas das primeiras décadas do século XX.



Para início de estudo

Nessa unidade você irá estudar a formação dos Estados Nacionais Europeus e a reorganização da ordem mundial nos séculos XVIII e XIX.

Com os constantes conflitos ocasionados pela expansão comercial dos séculos XVI e XVII, o mapa do poder na Europa foi drasticamente modificado. Esse momento, chamado de “Revolução Comercial, provocou também a emergência do empreendimento colonial expansionista, que marcou o período das Grandes Navegações.

Posteriormente a esse período que deu início a Era Moderna, entre o final do século XVII e século XVIII, as revoluções burguesas sacudiram a Europa e os Estados Unidos. Além de provocar uma reconfiguração do poder político e econômico mundial, o crescimento da burguesia coincidiu com o gradual processo de industrialização e com a ampliação do comércio internacional.

Nesse sentido, você irá estudar nesta unidade como se consolidou a ordem do capital imperialista no século XIX e o fortalecimento do poder do Estado Nacional.

Seção 1 – A ordem mundial no século XIX: da formação dos estados nacionais ao sistema de dominação imperialista

A formação dos Estados Nacionais Europeus foi um processo de longa duração. A estruturação desses Estados Nacionais demandou variados recursos e exigiu investimentos militares, simbólicos, financeiros e persuasivos.

O Sistema Internacional consagrado no **Congresso de Viena** de 1815 não perduraria por muito tempo, haja vista as enormes assimetrias territoriais e de poder entre as nações Européias. Entretanto, observe que o século XIX, marcado indiscutivelmente pela preponderância política, econômica e expansionista do Império Britânico, foi um período de profundas e rápidas transformações no jogo político internacional.

O **Congresso de Viena** (1815) teve como objetivo “reorganizar” o mapa político da Europa após o domínio do Império Napoleônico. Nesse Congresso as grandes potências se reuniram e surgiu a Santa Aliança organização que tinha por objetivo conter a difusão da revolução liberal (burguesa), semeada por Napoleão. O mapa da Europa e das colônias mudou significativamente. O Império Britânico garantiu sua supremacia nos mares, graças à anexação de pontos estratégicos no Mediterrâneo, no caminho das Índias e nas Antilhas. A Bélgica, dominada pela França, foi ligada à Holanda para evitar uma ação da França sobre o porto belga de Antuérpia. A Rússia recebeu parte da Polônia, a Finlândia e a Bessarábia. À Prússia coube grande parte da região do Reno, na Alemanha. A Áustria recebeu a Lombardia e Veneza, além da supremacia política sobre a Itália. O Tratado de Paris impôs à França o pagamento de uma indenização de guerra e a ocupação de seu território por um exército de aliados pago por ela. Suas fronteiras permaneceram, de modo geral, as mesmas do Antigo Regime.

Você estudará nessa unidade, a ascensão e formação do Império Britânico, sua política imperialista e a concomitante competitividade entre os Estados Nacionais Europeus.

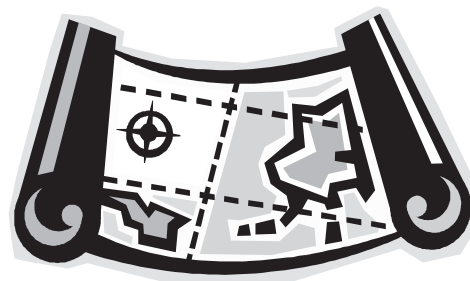


Se, de fato, a Grã-Bretanha conquistou uma certa hegemonia, ou seja, a prevalência política e econômica na Europa, isso ocorre em certa medida devido ao conjunto de atributos e circunstâncias históricas que tornaram possível a ascensão do Império e sua dominação nos quatro cantos da terra.

Para que você compreenda essas circunstâncias, partiremos do século XVI momento da assim chamada “Era do Capital”, até as condições que favoreceram e criaram o sistema capitalista industrial do século XIX.

Com a expansão comercial que marcou a colonização ultramarina nos séculos XV e XVI, a Europa, de fato, tornou-se o centro articulador das conquistas comerciais e avanços tecnológicos do Mundo.

Ao subjugar milenares Impérios, como o Império Chinês, o Império Otomano, o Império Asteca e Inca nas Américas, os colonizadores europeus criaram condições de alçar a civilização ocidental a um novo ritmo de desenvolvimento.



Com o gradual dismantelamento do antigo sistema feudal, onde não havia uma estrutura política centralizadora e catalisadora de recursos, foi possível, na Europa, a construção dos Estados Nacionais. Nesse período, que compreende o final do século XIII ao século XVII, surgiu uma nova forma de organização política, consolidada a partir da autoridade de um **príncipe** e da organização política e militar.



Evidentemente, concorreram nesse processo, os avanços nos meios de comunicação e transporte, o aumento do fluxo comercial com o Oriente, a invenção da imprensa e, sobretudo, as descobertas de novos territórios de exploração e colonização.

A Idade Moderna, que teve entre outras características a descoberta do Continente Americano em 1492, elevou o nível de disputas entre os Estados que, de alguma forma, capitalizaram

recursos tornando-os instrumentos de poder e supremacia. Nesse jogo de poder internacional, entre o início do século XVI ao final do século XIX, a Espanha, a Grã-Bretanha, a Áustria, a Rússia, a Prússia, a Holanda, a França alternaram-se nos papéis de protagonistas no teatro mundial.

— *Você sabia que esse período também foi marcado por inúmeras alianças e alinhamentos diplomáticos que, em muitos casos, rompia com o gradual predomínio de um Estado sobre os demais?*

Esse jogo político constituiu-se com regularidade, pois, quando uma grande potência tentou garantir a sua hegemonia, suscitou contra ela coalizões e alianças militares que objetivavam garantir o equilíbrio de poder internacional.



Entre o século XVI até 1648, os estados europeus empreenderam conjuntamente esforços para conter a dominação dos Habsburgos austríacos e espanhóis. Já, entre meados do século XVII até 1815, os contenciosos políticos e militares foram travados contra a França. Com a contenção das pretensões imperialistas de Luís Napoleão, ao final do século XIX, ocorreu um certo equilíbrio de poder entre os estados europeus.

A Dinastia **Habsburgo** (ou Hapsburg; também chamada a Casa da Áustria) foi uma das famílias mais importantes da História da Europa. A família tem origem no século XII e o nome deriva de Habichtsburg, o castelo do falcão, sua morada oficial, construído em 1020, na Suíça.

O fundador do poder da família foi Rodolfo I, rei dos romanos (1273-91) e conquistador da Áustria e da Estíria, cujas terras doou para seus dois filhos em 1282, iniciando o domínio da família sobre a Áustria.

A dominação da Europa pelos Habsburgos foi resultado de uma astuta política de casamentos de Maximiliano I (1459-1519), que com o seu próprio enlace matrimonial passou a governar os Países Baixos, Luxemburgo e a Borgonha, e com o de seu filho Filipe, angariou Castela, Aragão e as possessões espanholas do Novo Mundo.

Os Habsburgos governaram a Hungria e a Boêmia de 1526 a 1918. Nápoles, Sicília e Sardenha, o auge do poder Habsburgo, vieram com Carlos I, rei da Espanha e imperador (como Carlos V) no século XVI. Em 1700, a linha espanhola extinguiu-se, e na subsequente guerra de sucessão espanhola (1703-13), a herança espanhola passou aos Bourbons. Os Habsburgos austríacos (depois de 1740, a Casa de Habsburgo-Lorena) floresceram novamente sob o comando de Maria Teresa (1717-80) e seu filho José II (1741-90). Ao fim das guerras napoleônicas, os Habsburgos haviam perdido os Países Baixos austríacos e o título de Sacro Império Romano, mas continuaram a governar a Áustria até 1918.

Detalhando esse período, a primeira tentativa de dominação hegemônica na Europa, ocorre com a ascensão da família Habsburgo ao consolidar um extenso território que se estendeu da Espanha aos **Balcãs**. De certa forma, esse predomínio foi favorecido com a unificação dos tronos de Castela e Aragão em 1469, permitindo aos reis Fernando e Isabel da Espanha uma associação dinástica com a Áustria. Nesse mesmo período, sob o Reinado de Castela e Aragão, a Espanha financiou a célebre viagem de Cristóvão Colombo para a América.

A região dos **Balcãs** é formada atualmente pela Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Albânia, Federação Iugoslava e Macedônia.

Com a unificação dos reinos, o herdeiro Carlos herdou a Espanha em 1516, a Holanda, a Áustria, a Sardenha, a Sicília, o reino de Nápoles, e o Franco-Condado, além é claro das mais ricas colônias espanholas.

Certamente, esse vasto território e poder de que dispunha Carlos V – Sacro Imperador Romano – e mesmo seus sucessores, criava um clima de constantes rivalidades nacionais, dinásticas e religiosas já que, com o advento da **Reforma Protestante**, um novo ator surgia na arena das disputas internacionais. O longo e acirrado conflito contra o Império Habsburgo alinhava inúmeros atores europeus, a França, a Inglaterra e mesmo o papado.



A Reforma Protestante foi um processo de divisão do cristianismo, que contestou a supremacia política e espiritual da Igreja Católica e questionou a autoridade do papa. Esse fenômeno histórico também conhecido como a Reforma Religiosa, ocorreu no início da Idade Moderna, quando a Igreja Católica tornou-se alvo de inúmeras críticas em função ostentação de riquezas e devido as suas práticas mundanas. A Igreja condenava o lucro mercantilista, a livre circulação de mercadorias e riquezas, a usura e se apoiava na riqueza imóvel, que é a terra (símbolo de riqueza e poder).

Nesse período o evento mais marcante desses contenciosos ficou conhecido como a **Guerra dos Trinta Anos** (1618-1648). Com o alinhamento temporário entre antigos rivais para derrotar um inimigo comum que ameaça o equilíbrio de poder na Europa, a derrota dos Habsburgo era iminente. Em 1648, foi assinado o Tratado da Westfália que objetivava garantir o sistema de estados nacionais soberanos e independentes. Com isto, podemos afirmar que, no século XVII, surgia na Europa um sistema multipolar, ou seja, os estados passaram a atuar politicamente e militarmente com vistas a seus interesses internos e não mais baseados na crença religiosa.

Seção 2 – O Império Britânico: da ascensão gradual do Império Britânico à expansão dos Estados Unidos

A partir de agora você irá conhecer os novos atores que surgiram como potência entre o século XVII e o século XIX, como Luís XIV coroado rei da França em 1660 que deu início a um dos mais longos e poderosos impérios da Europa. A vitória contra os Habsburgo e a temporária diluição de poder entre seus oponentes, condicionaram a ascensão da França como a principal potência europeia até pelo menos 1685. Novamente a prevalência de um domínio hegemônico na Europa arranhava o equilíbrio entre os estados e a paz no continente.

As constantes investidas da França para ampliar seu território, tornava necessário um novo alinhamento de forças, nesse caso, lideradas pela Grã-Bretanha. Essas distensões, aqui chamadas de relações intereuropéias, marcava não somente a formação e consolidação dos Estados Nacionais, como também, as estruturas de poder, sejam militares, financeiras e burocráticas.

Segundo Eric Hobsbawm, a Revolução Industrial a mais “radical transformação da vida humana”. Para ele a Grã-Bretanha foi o epicentro da economia mundial desse período, tornando-se, sem qualquer precedente semelhante, o maior império já visto na história da humanidade. Conforme Hobsbawm, durante a Revolução Industrial a Grã-Bretanha poderia ser descrita como a “oficina mecânica do mundo”, seu único importador e exportador em grande escala, seu único transportador, seu único país imperialista e quase que seu único investidor estrangeiro. Tais motivos levaram o país a construir a maior frota naval do globo e manter, de fato, um verdadeira política mundial. (2003, p.13)



Essa configuração política, de centralização e organização do poder estatal, proporcionou, indiretamente, à acumulação de capital e criou condições para a expansão da Revolução Industrial a partir do final do século XVIII, inicialmente na Inglaterra e posteriormente nas demais potências continentais.

A centralização do poder estatal em torno da monarquia, se fez com o gradual declínio do poder da nobreza e o incentivo às práticas mercantilistas. Esse período, conhecido como Absolutista, consolidou-se na França sob o reinado de Luís XII (1610-1643), e teve seu apogeu no reinado de Luís XIV. O Estado Absolutista era caracterizado pela supremacia infalível do soberano, que ungido pelo “*direito divino*” de governar, instituía e executava as leis no país. As marcantes diferenças sociais e econômicas no Estado Absolutista Francês, acabou por arrastar o país a profundas crises sociais.

Foi nas últimas décadas do século XVIII que a França, atrasada em seu sistema de produção manufatureira, viveu momentos de instabilidade revolucionária. Quando coroado em 1774, Luís XVI procurou estabilizar o turbilhão social que o país vinha sofrendo, aplicando medidas de reestruturação fiscal e corte das despesas da corte. Entretanto, foram convocados os Estados Gerais em maio de 1789. A Assembléia esteve representada pelo Monarca, o clero, a nobreza e o povo. As disputas por poder e as deliberações do Monarca, aliado ao clero e à nobreza, insuflou o povo que tomou as ruas de Paris em julho daquele mesmo ano.



Você sabia?

Em 14 de julho de 1789, a população da capital tomava a **Bastilha**, naquilo que ficou conhecido como a Revolução Francesa. Nessa mesma ocasião, e temendo que a revolução se espalhasse por outras cidades e ganhasse maior vulto, o Rei institui a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, além de abolir a estrutura aristocrática que gozava de inúmeros privilégios. Dois anos depois, a Assembléia Nacional promulgava uma Constituição, limitando o poder do Monarca Francês e garantindo o tratamento igualitário de todos perante a lei.

A Bastilha era uma prisão-fortaleza nos arredores de Paris, onde eram aprisionados os condenados por crimes políticos.

A Prússia surgiu na região chamada da Alemanha de Prússia Oriental, onde antes de ser germanizada com a anexação pelos príncipes de Brandenburgo, vivia o povo eslavo dos Pruzzens. Com o segundo rei, Frederico II, ela tornou-se uma potência, com a anexação de regiões do leste, que hoje pertencem a República Tcheca, Polônia, Hungria e de todo o resto da Alemanha, com exceção do sul da Baviera, que era o maior inimigo da Prússia.

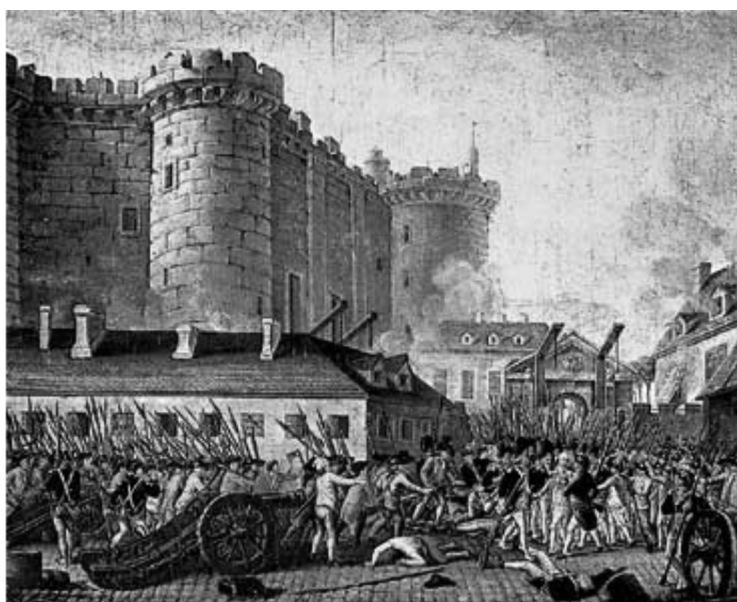


Figura 1.1: A queda da Bastilha.

Esse novo arranjo também trazia inúmeros descontentamentos na medida em que desacomodava a nobreza e o clero de suas situações privilegiadas. Com isto, esses dois atores criaram uma frente anti-revolucionária, visando restituir o poder absoluto da monarquia. Além dos problemas internos, a França foi invadida em abril de 1792, por uma coalizão formada pela Áustria e pela **Prússia** que visavam estancar o processo revolucionário francês. Esse período, conhecido como a “**fase de terror**”, foi marcado pela execução de milhares de pessoas.

Em 1798, Napoleão Bonaparte, jovem general, após seis anos da Proclamação da República assume o poder. Entretanto, suas pretensões eram maiores que governar uma República com instituições democráticas e livres.



Em 1804, Napoleão fez-se coroar Imperador da França, retornando, de certa forma, o Estado Absolutista. A expansão do Império Napoleônico representou mais uma vez o rompimento da estabilidade de equilíbrio entre os Estados Nacionais Europeus.

Praticamente toda a Europa Continental foi conquistada pelas tropas comandadas pessoalmente por Napoleão. Contudo, o único país que poderia fazer frente à ameaça imperialista francesa era a Inglaterra. Ainda assim, Napoleão impôs uma tentativa de subjugação econômica através do **bloqueio continental** que consistia no isolamento da ilha.



Para visualizar o mapa da Europa neste período, acesse: <http://www.pais-global.com.ar/mapas/mapa60.htm>, lá você poderá observar a França (1) antes da Revolução Francesa, as conquistas durante a Convenção (2), as Anexações durante a Era Napoleônica (3), os limites do Império (4), os Reinos e Países subordinados a França (5), os estados amigos e ocupados (6) e os Estados Aliados (7).

Os planos da expansão do Império Napoleônico não eram invulneráveis. A frente oriental, apesar de contar com mais de 600 mil homens, foi derrotada pelo poderio militar da Rússia aliada as condições severas do inverno. Além dessa derrota, outras se seguiram com a aliança entre a Áustria, Prússia e Suécia em 1813. Finalmente na Bélgica, depois de mais de uma década de reinado, Napoleão foi batido na famosa **Batalha de Waterloo**.

A consolidação do poder do Império Britânico

A Inglaterra, até o século XVII, teve um papel bastante restrito na dinâmica das nações européias. A singularidade territorial da Grã-Bretanha, reduzia o poder militar e econômico inglês a voltar-se para a política interna. Particularmente, foi no Reinado de Henrique VII (1485-1509) que o país conseguiu estimular o crescimento da economia através do comércio de manufaturados e da pesca. A diferença religiosa protestante inglesa, a partir **reforma**, deu início a acirrada rivalidade entre a Espanha e a Inglaterra. De certa forma, foi com a coroação de Elizabeth I em 1558, que o país garantiu a manutenção da pluralidade religiosa na Europa.

Entretanto, com a morte da rainha em 1603, o trono inglês foi disputado pela dinastia Stuart, de origem escocesa, mergulhando a monarquia a sucessão de graves confrontos com o Parlamento. Essas disputas, levadas a cabo pelo rei Jaime I (1603-1625), objetivavam a centralização do poder aos moldes do absolutismo continental. Por conseguinte, seu sucessor Carlos I (1625-1649), manteve uma relação bastante adversa com o Parlamento, chegando inclusive a governar durante onze anos sem a convocação da Câmara dos Comuns.

Nesse período Carlos I aumentou os impostos e taxas e conferiu maior poder à Igreja Anglicana. Entre os anos de 1642 e 1649, o

A Batalha de Waterloo

foi um combate entre as forças francesas, britânicas e prussianas em Junho de 1815 em Waterloo, Bélgica. Essa batalha ocorreu durante os Cem Dias de Napoleão entre seu exército de 72 mil homens recrutados às pressas e o exército aliado de 68 mil homens comandados pelo britânico Wellington (com unidades britânicas, holandesas, belgas e alemãs), antes da chegada dos 45 mil homens do exército prussiano.

Esse conflito ficou conhecido como a **Revolução Puritana** onde destacou-se Oliver Cromwell que comandou a cavalaria do exército do Parlamento sobre as forças monarquistas, em 1644.

país mergulhou em uma **sangrenta guerra** civil entre aqueles que apoiavam a monarquia – norte e oeste do país – contra aqueles defensores da supremacia parlamentar no sul.

Com a vitória do Parlamento e das forças de Oliver Cromwell organizou-se um Conselho de Estado, composto por 41 membros para exercer o Poder Executivo. Cromwell obteve poderes quase ilimitados como Lorde Protetor e instaurou em 1651 o Ato de Navegação que estabelecia que o comércio devia realizar-se apenas por navios ingleses. Essa medida, conjuntamente com o enfraquecimento dos Habsburgo da Espanha, fortaleceu sobremaneira o comércio ultramarino inglês. Contudo, depois da morte de Cromwell em 1658 e com o retorno da dinastia Stuart com a coroação de Carlos II em 1660, a Inglaterra viveu um novo período de incertezas políticas.

Ao desafiar o Parlamento e buscar restaurar o catolicismo e o absolutismo monárquico, o Rei Jaime II, filho de Carlos II, foi deposto através de um golpe conhecido como a **Revolução Gloriosa**. Na Inglaterra, no decorrer do século XVII, os setores políticos mais conservadores, foram gradualmente desgastados, ocasionando a ampliação do poder da burguesia na esfera administrativa governamental. A burguesia comercial, aliada a setores agrários, passou a comandar a monarquia inglesa e esta, por sua vez, abriu condições para o avanço econômico que resultaria na Revolução Industrial.

A Revolução Gloriosa foi um dos eventos mais importantes na longa evolução dos poderes em posse do parlamento e da coroa inglesa.

Com a passagem no parlamento da Bill of Rights (Declaração de Direitos), tornou impossível qualquer retorno à monarquia por um católico, e acabou com as tentativas recentes para o absolutismo monárquico, nas ilhas britânicas, ao circunscrever os poderes do monarca.

Essa revolução também pode ser considerada como uma “Revolução sem sangue” posto que não foi sangrenta. Ela ocorreu na Inglaterra entre 1685 e 1689, na qual o rei Jaime II de Inglaterra da dinastia Stuart (católico) foi removido do trono de Inglaterra, Escócia e País de Gales, e substituído pelo nobre holandês Guilherme, Príncipe de Orange em conjunto com sua mulher Maria II, filha de Jaime II (ambos protestantes).



O século XVII e XVIII, portanto, foram marcados por inúmeras dificuldades quanto ao estabelecimento de um sistema intra-europeu de equilíbrio e simetria de poder. A expansão do poderio francês e sua crescente hegemonia tornavam iminente uma reação política e coordenada dos demais países do continente.

Envolvidos e motivados por tal fenômeno, os representantes das potências européias reuniram-se em Viena entre os anos de 1814 e 1815 visando resolver os impasses gerados com as crescentes ondas revolucionárias e garantir um arranjo de equidade de forças entre os Estados. No final do **Congresso de Viena**, Rússia, Áustria e Prússia assinaram um acordo intitulado Pacto da Santa Aliança, que pretendia reinserir as relações internacionais ao princípio da legitimidade dinástica e ao direito de intervenção. Na prática, isso traduzia em limitar os avanços territoriais das potências emergentes e, sobretudo, controlar o crescimento militar e econômico inglês.

Entretanto, a Inglaterra propõe um novo acordo chamado de Quádrupla Aliança procurando garantir a legitimação das políticas de intervenção acordado pelas grandes potências. Evidentemente, esse acordo redefiniu a geopolítica da Europa, reesquadrinhando o mapa do continente.



O **Congresso de Viena**, nesse sentido, pode ser caracterizado como uma tentativa das **potências européias** em estabelecer a paz dentro dos seus interesses econômicos e políticos.

Nesse momento, a Grã-Bretanha, aproveitando das debilidades econômicas dos outros países, desponta como principal articulador do expansionismo imperialista europeu, tornando-se, por volta do início do século XIX, o dínamo propulsor da nova etapa do capitalismo mundial. Os maciços investimentos em sua frota mercantil, a acumulação de capital, o saneamento das contas do país, a supremacia militar e a constante instabilidade dos demais países continentais, podem ser assinalados como os fundamentais motivos para **integração e expansão comercial inglesa**.

O "Concerto de Viena", como posteriormente ficou conhecido, aglutinava a Grã-Bretanha e a França como estados liberais e a Prússia, Áustria e Rússia como estados conservadores.

Evidentemente, a revolução industrial na Inglaterra foi o principal capitalizador de recursos, transformando o país em uma potência mundial. Esse processo, denominado **revolução industrial**, pode ser caracterizado a partir da incorporação de novas técnicas de produção manufatureira favorecida com a expansão comercial inglesa. Além disso, a modernização das atividades agrícolas e os ganhos provenientes do comércio de lã, propiciou condições à Inglaterra de crescimento econômico e investimentos em infra-estrutura.

Para Hobsbawam, a economia capitalista do século XIX desenvolveu-se a partir de único sistema de livres fluxos, no qual as transferências internacionais de capital e mercadorias passavam em grande parte através de mãos e instituições britânicas. (2003, p. 14)



Contudo, a emergência da burguesia mercantil e sua gradual incorporação em postos-chaves da administração estatal, tornou o Estado Inglês susceptível a um novo sistema político: o **liberalismo econômico**.

Com o crescimento do mercado interno, favorecido pela ampliação do sistema de transporte, a hegemonia nos mares e a disposição de recursos energéticos (carvão), a Inglaterra envidou um gradual processo de industrialização e desenvolvimento econômico. Vale ressaltar, que a expulsão do campesinato das atividades agrícolas ampliou a mão-de-obra disponível nos centros urbanos do país. (Êxodo rural) A Grã-Bretanha além de tornar-se a primeira potência em escala mundial, foi também aquela em que a classe trabalhadora manual predominou numericamente.

Aliada a política comercial mercantilista empreendida pelo Estado, com as inovações tecnológicas no setor de produção industrial, a Inglaterra obteve, entre o final do século XVIII e meados do século XIX, um espantoso crescimento populacional e financeiro.

A hegemonia inglesa nos mares e a extensa área colonial do país facilitaram e condicionaram o intercâmbio comercial. Fossem como supridoras de matérias-primas ou como consumidoras,

as colônias além-mar, desempenharam um papel decisivo na expansão do sistema mercantilista do comércio internacional.

Com efeito, o escoamento da produção manufatureira demandava uma urgente reestruturação das vias férreas, para que assim, dessem condições para o desenvolvimento das atividades industriais e comerciais. As chamadas **catedrais do século XIX**, as ferrovias não somente integraram o país de norte a sul, como também, alteraram significativamente o cotidiano da população inglesa.

A expansão do sistema de transporte ferroviário, entre as décadas de 1840 e 1850, ultrapassou o volume de 2 milhões de toneladas transportadas.

Por volta de 1840, a primeira fase da industrialização britânica, baseada na produção têxtil, chegava ao fim. A partir desse momento, estava iminente o advento de uma nova fase de industrialização, que proporcionaria alicerces muito mais firmes para o crescimento econômico. Essa fase foi baseada nas indústrias de bens de capital, no carvão, no ferro e no aço. Foi a era da construção ferroviária. (HOBSBAWM, 2003:101)

Segundo Hobsbawm, as fábricas de tecidos em 1800 já eram obsoletas em 1840. Todavia, com as estradas ferroviárias, o padrão de desempenho da indústria inglesa aumentou significativamente até meados do século XX. Com o abandono do vapor, sua organização e seus métodos não tinham paralelos em nenhuma outra atividade, e não havia precedentes para a maneira como utilizavam tecnologias novas e científicas como o telégrafo elétrico e a fotografia. (2003, p. 102)

Com isso, é possível dizer, que a sociedade inglesa no século XIX experimentou, pela primeira vez, a vida urbana. Cidades como Liverpool, por exemplo, entre 1801 e 1851, ampliaram sua população de 75 mil para 400 mil pessoas. Certamente, essas novas **circunstâncias sociais**, não se acomodaram pacificamente entre a população.

Neste período, tanto a exploração do trabalho infantil e feminino, quanto às penosas condições de sobrevivência e trabalho, deliberaram movimentos de reação à industrialização.

Constantes protestos e destruição de fábricas davam a tônica do período de maior crescimento industrial inglês. Assim não há como explicar a preponderância inglesa no cenário internacional no século XIX, sem detalhar inicialmente as condições do seu crescimento econômico.



Entre 1760 e 1830, o país correspondia a cerca de 75% das manufaturas européias e sua participação na produção mundial de manufaturados saltou de quase 2% para 9,5% e chegaria, até o final da década de 40 do século XIX, a quase 20 %. O exibicionismo capitalista burguês teve seu auge nas feiras internacionais chamadas de "*Grande Exposição Universal*", esses eventos tiveram início em 1851 em Londres, sendo inclusive construído um grande pavilhão de apresentação das máquinas e inventos tecnológicos.

Desde a primeira exposição da máquina fotográfica até a demonstração da eletricidade, essas feiras internacionais, foram sucessivamente, ganhando complexidade e capacidade expositiva.



Figura 1.2: A Torre Eiffel na Grande Exposição Universal de Paris – 1889.

Para você ter uma idéia do grande espetáculo em que se tornaram os eventos, na primeira Grande Exibição de Londres, mais de seis milhões de visitantes passaram pelo Palácio de Cristal em 1851. Segundo Turazzi (1995):

[...] para uma economia em expansão que tencionava ampliar os seus mercados, mundialmente, a exposição configurava-se como uma excelente oportunidade para investir nessa expansão. (p. 42).

Concomitante ao processo de crescimento do setor produtivo, o mercado financeiro e de crédito expandiu-se vertiginosamente. As bolsas de mercadorias consolidaram-se e o setor de serviços (frete e seguros) cresceu no mesmo patamar do comércio da Grã-Bretanha. Em poucos anos, com o favorecimento das atividades de especulação financeira e com altos índices de lucratividade, os investidores britânicos deram início à **internacionalização** das suas atividades, com o aumento crescente dos investimentos produtivos no exterior.

Essa circunstância política e econômica do Império Britânico remodelou o mapa Europeu, levando para outras regiões as fórmulas do liberalismo econômico. Entre 1850 e 1870, a expansão econômica do Império chegou ao seu apogeu. Esse período também foi conhecido pelo crescimento sustentando da economia global, devido à relativa estabilidade política proporcionada pelo sistema de equilíbrio da ordem internacional estabelecido com o Congresso de Viena.

A Revolução Industrial no contexto Europeu

Por sua vez, a **Revolução Industrial** alcançou distintamente **outras regiões do continente**, devido a alguns motivos: disponibilidade mecânica e abertura à inovação tecnológica e comercial, escassez de capitais para investimentos, perda de mercados e de fontes supridoras de matérias-primas, deficiências na formação de uma cultura liberal.

Até o final do século XIX, boa parte da Europa era caracterizada como uma economia industrial. Em alguns países europeus, a ação do Estado foi fator determinante para a consecução de infraestrutura, por exemplo, com medidas de financiamento público e com a adoção de legislações que favoreciam a capitalização de recursos em torno das atividades industriais, sobretudo, metalurgias, têxteis, e outros bens de consumo. Além disso, como assinalado anteriormente, a criação de infra-estrutura deve ser mencionada como um dos principais catalisadores para o crescimento industrial.

No continente europeu, houve uma expansão da industrialização na França, Países Baixos, parte dos estados alemães, Suíça, nordeste da Espanha e Boêmia. Já para o sul do continente, o processo foi mais tardio na Itália, Áustria e parte do sul da Alemanha.

O primeiro acordo de degravação tarifária nas relações comerciais inter-europeias foi o Tratado anglo-francês de 1860 também conhecido como Tratado Cobden-Chevalier. Esse acordo diminuiu os níveis de proteção da indústria francesa – considerada nesse momento a principal atividade econômica do país.

A ideologia liberal burguesa foi preconizada na obra do britânico Adam Smith – A riqueza das nações – publicada em 1776. No livro, Smith afirma que era necessário limitar o poder do Estado ao mínimo possível para assim, garantir a prosperidade e a competitividade individual. Mesmo na área de segurança, o Estado deveria apenas manter um exército e uma marinha de guerra regulares somente para proteger a nação da violência dos outros estados.

A América Ibérica compreende todas as colônias espanholas e portuguesas (Península Ibérica) do continente Americano.

Contudo, é possível destacar outros dois dinamos propulsores para o rápido desenvolvimento no continente. Inicialmente, os grandes fluxos de investimentos internacionais que surgiram com a oferta de capitais que procuravam boa rentabilidade e oportunidades de negócios lucrativos fortalecendo o sistema financeiro europeu. O segundo mecanismo foi a existência de políticas de comércio exterior.

Em outras palavras, a adoção do **livre-comércio nas relações exteriores** favoreceu a consolidação das indústrias no continente.

Essa configuração econômica baseada na industrialização, aumentou significativamente a participação dos países continentais na produção manufatureira mundial. Evidentemente, a oferta cada vez maior dos produtos manufaturados, levou a tendência de queda dos preços tornado mais acessível a população de trabalhadores.



A França, por exemplo, teve a sua fatia na produção industrial duplicada entre 1800 e 1860. Já a participação dos estados alemães teve um acréscimo de 50 %.

O liberalismo

Toda essa sorte de transformações, em grande medida, foi influenciada por uma **perspectiva ideológica política liberal**, em que pregava a redução dos gastos governamentais e o controle do Estado sobre a economia e o indivíduo.

Segundo o ideário político que influenciou a elite econômica britânica, cada vez mais o Estado deveria adotar políticas que levassem a diluição dos conflitos externos para favorecer o crescimento comercial, as finanças do país, e criar condições estáveis para a acumulação de capital. Quando a Grã-Bretanha segue o caminho do liberalismo econômico, seja por meio de acordos e tratados comerciais, ou através da imposição militar, o Império, beneficiava sua expansão econômica.

Tal política explica a posição favorável da Inglaterra quanto aos processos de independência na **América Ibérica** na década de 1820, pois com isso, o país penetraria nos mercados antes protegidos pelo pacto colonial. O reconhecimento da Inglaterra

diante dos países independentes era trocada por vantajosos acordos de livre-comércio na América Latina.

Também no extremo oriente, o Império da China não resistiu às imposições do Estado Inglês. Possivelmente a desavença mais significativa entre as duas nações deveu-se a resistência das autoridades chinesas em autorizar a entrada do ópio, cultivado na Índia e comercializado pela Inglaterra. Esse contencioso ficou conhecido como a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842).



O longo reinado a Rainha Vitória (1837-1901), coincidiu com a expansão do Império Britânico. Esse período que ficou conhecido como a **Era Vitoriana**, colocou a Inglaterra na liderança incontestável em diversas áreas: mercantil, industrial, militar e financeira. Com exceção da **Guerra da Criméia**, que opôs a Rússia a uma coalizão militar franco-britânica entre 1854 e 1856, esse período pode ser caracterizado por uma certa estabilidade na Europa.

O Tratado de Nanquim, assinado em 1842, estabeleceu que a partir daquele acordo os ingleses passariam a dispor na China de enclaves costeiros e maior acessibilidade aos portos abertos ao comércio. Esse avanço das potências europeias no extremo oriente foi ainda maior a partir de 1844, quando França e Rússia conquistaram o controle de áreas do território chinês, como Xangai e Tientsin.

A fragilidade das forças inglesas na campanha militar contra as tropas russas, demonstrou que o Império deveria estar preparado para participar eficazmente e com superioridade nas áreas do seu interesse. Entretanto, a riqueza mercantil do país não se traduziu em uma insuperável força militar que pudesse garantir uma dominação hegemônica no novo sistema global.

A Guerra da Criméia entreabriu um período belicoso nas relações exteriores. No continente europeu, os acordos territoriais estabelecidos com o **Congresso de Viena** foram abalados, sobretudo devido a aceleração e surgimento de novas potências continentais – Alemanha e Itália.

Na América, os Estados Unidos, após a Guerra da Secessão, surgiam como um novo ator nas relações internacionais. Na América Ibérica, a partir da década de 1820, ocorre um refluxo da expansão colonialista e um gradual processo de independência das colônias espanholas e da mais rica colônia portuguesa do além-mar: o Brasil.

A construção do Estado Nacional Italiano

A consolidação das nacionalidades na Europa no século XIX, contou com a inspiração dos ideais da Revolução Francesa, a partir de 1789, e com a lenta formação de uma identidade coletiva baseada na união dos indivíduos. Essa segunda questão foi fator decisivo no processo de reconhecimento social, quando grupos lingüísticos e étnicos passaram a tomar conhecimento da existência de nacionalidades.

De certa forma houve um investimento intelectual e simbólico, na medida em que a construção de uma história comum, de um passado evidenciado nos museus, de uma literatura e, por fim, de uma língua comum, tornaram-se forças aglutinadoras dessas nacionalidades.

Na península italiana, que estava dividida historicamente em áreas de influência bem precisas, com a ascensão de Emanuel II ao trono do Reino da Sardenha-Piemonte, em 1849, tem início o processo de unificação. Depois da conquista de Veneza em 1866 e da transferência da capital para Florença, Vitor Emanuel II declara-se rei dos italianos.



Já o Papado, que contava até 1848 com a proteção dos franceses, encontrava-se numa situação bastante insólita. Depois da invasão de Roma pelas tropas italianas, o Papa Pio IX declara-se prisioneiro na cidadela do Vaticano recusando a qualquer conciliação com os italianos. Esse impasse com o a Igreja Católica será resolvido somente em 1929 através do **Tratado de Latrão** que criou o Estado do Vaticano.

A construção do Estado Nacional Alemão

Assim como a península italiana estava dividida até meados do século XIX, os estados alemães encontravam-se em uma situação bastante semelhante. Ao ser coroado rei da Prússia em 1861, Guilherme I, da casa dos Hohensollern, nomeou como primeiro-ministro **Otto von Bismarck**, em 1862.

A influência que a Áustria exercia sobre os estados alemães passou a ser duramente combatida pelo chanceler alemão. Com o objetivo de reformar a Confederação Germânica, a Prússia e a Áustria foram à guerra em 1864 contra a Dinamarca, para apoiar as pretensões de independência dos ducados de Holstein e de Schleswig.

Entretanto, Bismarck em 1866 declara guerra contra a Áustria, já enfraquecida em contenciosos militares ao sul do continente. Estrategicamente Bismarck inicia uma intensa campanha nacionalista inflamando o patriotismo de todos os alemães, levando-os a ultrapassar as diferenças que os separavam do projeto unificado da Prússia.



Para ver o mapa deste período acesse: <http://www.pais-global.com.ar/mapas/mapa63.htm>, lá você observará a Prússia antes de 1866 (1), os estados que, com a Prússia integraram a Confederação do Norte em 1866 (2), os limites da Confederação Germânica (3), os limites da Confederação do Norte (4) e os limites do Império Alemão em 1871 (5).

Evidentemente, a expansão do poderio alemão levou as demais potências européias a um estado de suspeição e temor diante da unificação germânica. A disputa pela sucessão da coroa espanhola foi o estopim de uma crise diplomática entre a Prússia e a França levando a guerra em 1870. Com o auxílio das forças militares do sul, Bismarck invade Paris em 1871 e Guilherme II declara-se Imperador da Alemanha.

Esse período, como você estudou anteriormente, pode ser analisado a partir da expansão do liberalismo econômico e dos nacionalismos. O principal resultado dessa nova configuração política e econômica no sistema das relações internacionais, foi a emergência da mais poderosa nação na Europa Central. A Alemanha, em 1870, já tinha uma população maior do que a da França, além de contar com altos índices educacionais e científicos, despontava também com o maior contingente militar e uma forte expansão industrial e tecnológica.

A competição industrial e por mercados levou as potências emergentes a uma corrida pelo predomínio político e econômico em áreas do mundo até então inexploradas. Em

outras palavras, esse fenômeno do final do século caracteriza-se pelo imperialismo. O imperialismo não era uma coisa nova para os países da Europa, sobretudo para a Inglaterra. O que havia de novo era o fim do virtual monopólio britânico no mundo subdesenvolvido, e a conseqüente necessidade de se delimitar formalmente regiões de influência imperial, a fim de afastar concorrentes em potencial, frequentemente antes mesmo de quaisquer perspectivas reais de lucro econômico. (HOBSBAWM, 2003, p. 120)

Seção 3 – O surgimento e a expansão da industrialização nos Estados Unidos

Em um mundo hegemonicamente dominado pelas potências européias, os Estados Unidos, no século XIX, iniciaram um lento, porém constante crescimento econômico. Além de reafirmar sua independência da antiga metrópole, os Estados Unidos atuaram no concerto das nações, objetivando seu desenvolvimento sua autonomia política. Certamente um dos episódios mais marcantes desse processo, foi a proclamação da **Doutrina Monroe**, em que os Estados Unidos afirmavam sua influência no continente americano e, de certa forma, respondiam as investidas expansionistas dos impérios europeus.

Segundo Antonio Carlos Lessa, (2005, 73):

[...] a consistente ideologia nacional que foi a doutrina do Destino Manifesto, pelo qual se justificava internamente o ‘direito’ e a ‘necessidade’ da expansão territorial em larga escala, em nome da liberdade e da democracia, emprestou grande coerência às ações de conquista interna e externa empreendidas pelos Estados Unidos pelo menos até a eclosão da Guerra da Secessão, em 1861.

A diferença econômica entre as regiões nos Estados Unidos, tornava bastante desequilibrada e, de certa forma, comprometia o pacto federativo. O processo de expansão chamado de “a marcha para o oeste”, teve início em 1803, quando o governo norte-americano adquiriu a Lousiana, antigo território francês. Já em 1819, o governo incorporou a Flórida da Espanha. Sucessivamente os Estados Unidos empreenderam uma política

expansionista em todas as direções, comprando o Oregon, por exemplo, em 1846 e anexando o Texas em 1845. Ao sul os Estados Unidos lançaram-se em uma guerra que durou 10 anos contra o México. Em 1848, vitoriosos os Estados Unidos anexaram os territórios do Arizona, Califórnia, Nevada e Utah.

Ao final e ao cabo dessa expansão territorial, os Estados Unidos conquistaram uma vasta região continental, com quase oito milhões de quilômetros quadrados. Esse desenvolvimento econômico experimentado nos Estados Unidos, deve-se ao fato do país ter se tornado o principal fornecedor de matérias-primas, sobretudo algodão, que alimentava as manufaturas da Grã-Bretanha. Além disso, os aportes de investimentos britânicos aliado à modernização da infra-estrutura produtiva e de transportes, proporcionaram condições para o avanço capitalista norte-americano. As ferrovias construídas integravam o país de leste a oeste, transpondo rios, montanhas e vales.



Para visualizar o mapa dos EUA neste período, acesse <http://www.pais-global.com.ar/mapas/mapa67.htm>, observe o Território das Treze Colônias (1), os territórios anexados em 1773 (2), os territórios adquiridos da França em 1803 e anexação da Flórida em 1812 (3), a Colonização do Nordeste (4), os territórios conquistados do México em 1849 (5) e a retificação das fronteiras em 1853 (6).

Em 1860 os Estados Unidos já contavam com a maior rede ferroviária do mundo que ligava a Costa Atlântica ao Pacífico. Levas sucessivas de imigrantes europeus ocuparam e povoaram áreas até então desérticas. Em 1850 mais de 260 mil imigrantes entraram no país. A mecanização das atividades agrícolas, o conhecimento técnico da mão-de-obra estrangeira, os investimentos britânicos no país, incentivaram o avanço produtivo industrial. Contudo, essa configuração não se estendia a todas as regiões do país. No norte favorecido por políticos protecionistas, a industrialização consolidou um mercado consumidor e um dinâmico sistema financeiro. Por sua vez, no sul do país, essencialmente agrícola e escravocrata, os padrões de desenvolvimento foram baseados em uma economia tradicional.

Enquanto no norte do país os políticos mantinham altas taxas de importação para assim favorecer o crescimento do mercado

interno e a indústria, no sul defendia-se a diminuição das tarifas que pesavam sobre as exportações e importações. Baseados numa economia agrária-exportadora e escravocrata, os estados do sul mantiveram um regime oligárquico e conservador impedindo o avanço da política liberal do norte. Essas assimetrias econômicas e políticas, levaram a eclosão da Guerra da Secessão em 1861. Em fevereiro desse ano, sete estados do sul decidiram formar uma nova federação intitulada de Estados Confederados da América cuja capital era Richmond na Virgínia.

A Confederação era formada por 11 estados, enquanto a União era formada por 23. A União, superior em poderio bélico e econômico, conseguiu estabelecer um bloqueio de acesso aos portos do sul o que levou ao estrangulamento das forças do sul. Ao interromperem o comércio, a União evitou também que os estados do sul ficassem isolados de suprimentos, tanto em armas como manufaturados.

A Guerra Civil da América (ou americana) alcançou a cifra de mais de 600 mil mortos. Com o fim do contencioso em 1865, o Estados Unidos empreenderam uma campanha nacional de industrialização, aproveitando-se do vasto território, de uma moderna infra-estrutura e de políticas protecionistas, favorecendo, com isso, o mercado interno. Ao final do século XIX, os Estados Unidos já poderiam ser considerados uma das maiores potências do mundo.



Síntese

Nessa Unidade você estudou a formação dos Estados Nacionais Europeus, bem como a emergência dos Estados Unidos no final do século XIX.

Você pôde perceber que a consolidação dos Estados Nacionais foi um processo lento e gradual, e que esteve diretamente relacionado com a expansão do capitalismo através das revoluções comerciais e industriais.

Ao analisar a unificação da Alemanha e da Itália, você pôde perceber que foram fenômenos que demandaram estratégias políticas, militares e diplomáticas. Enfim, a organização do poder político na Europa, esteve condicionada a fatores econômicos, políticos e sociais, sobretudo a partir do Congresso de Viena em 1815.



Atividades de auto-avaliação

- 1 - Enumere 5 itens que possam sintetizar a importância da Grã-Bretanha em relação a expansão do sistema de produção capitalista.

2 – Qual relação podemos estabelecer entre a Revolução Industrial e a consolidação dos Estados Nacionais no século XIX?



Saiba mais

CHARLOT, Mônica; MARX, Roland. **Londres, 1851-1901:** a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993.

TURAZI, Maria Inez. **Poses e Trejeitos:** A fotografia e as exposições na era do espetáculo. (1839-1889). Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios.** 1870-1914. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Conceitos e teorias das relações internacionais



Objetivos de aprendizagem

- Entender o contexto dos primeiros estudos das Relações Internacionais, e sua importância nos estudos contemporâneos mundiais.
- Compreender a dinâmica das Relações Internacionais contemporâneas como a formação de blocos de integração econômica e o fenômeno da globalização.



Seções de estudo

- Seção 1** O surgimento da oposição entre o paradigma liberal-idealista e o paradigma do realismo.
- Seção 2** A interdependência complexa e a concepção de nova realidade mundial.
- Seção 3** A Teoria Crítica e o Pós-Modernismo.



Para início de estudo

A partir da Unidade 1 você pôde observar as nuances históricas da formação dos Estados Nacionais e da consolidação da ordem mundial, tão importantes para a compreensão da conflituosa temática das Relações Internacionais, a qual está identificada nesta disciplina.

Ao estudar esta unidade, você observará que praticamente todas as teorias que explicam as relações internacionais consideram os Estados como os principais atores.

— *Mas você sabe de onde surgiu o Estudo das Relações Internacionais?*

Inicialmente vale ressaltar que as relações internacionais consistem em estudos integrados, generalistas e abrangentes. Em função disso, aparecem as dúvidas quanto a definição do objeto de estudo desta disciplina, destacando principalmente sua característica multidisciplinar.

Isso significa dizer que, diferentemente de outras ciências, as Relações Internacionais abrangem um escopo envolvendo o estudo de várias cadeiras como o direito, a economia, a política, a história, a sociologia entre outras. Portanto, as relações internacionais têm como objeto de estudo, as variáveis que interferem diretamente na sociedade internacional.

Entretanto, para você que estuda Comércio Exterior, é extremamente importante conhecer as Relações Internacionais, em função de todos os componentes destacados na disciplina e principalmente servindo como base de estudos e teoria para a prática do comércio, da economia, do direito e da política internacional.

Seção 1 – O surgimento da oposição entre o paradigma liberal - idealista e o paradigma do realismo

As relações internacionais são matéria de estudos desde a **Paz de Westphalia** (1648), em que se formou o sistema europeu de Estados. Autores como Nicolau Maquiavel, Jean-Jacques Rousseau entre outros, partiram de pressupostos como a paz e a guerra para explicarem as relações existentes entre os Estados e as sociedades.

Ver na caixa a seguir o texto sobre a Paz de Westphalia.

A **Paz de Vestfália**, também conhecida como os **Tratados de Münster e Osnabrück** (cidades da Alemanha), consiste em uma série de tratados que encerraram a Guerra dos Trinta Anos e que também reconheceu oficialmente as Confederação Suíça e as Províncias Unidas.

(...) As negociações de paz, após as conversações iniciais, foram realizadas nas cidades de Münster e Osnabrück como uma alternativa favorecida pela Suécia, enquanto que Hamburgo e Colônia eram as alternativas francesas. As duas localidades eram necessárias, pois líderes Protestantes e Católicos recusavam a se reunirem. (...) Os resultados do tratado foram muito abrangentes.

Entre outros assuntos tratados, os Países Baixos tornaram-se independentes da Espanha, terminando com a Guerra dos Oitenta Anos; a Suécia ficou com as regiões de Pomerânia, Wismar, Bremen e Werden. O poder do Imperador do Sacro Império Romano-Germânico foi dissolvido, e os governantes dos estados germânicos ficaram de novo com o poder de determinar a religião oficial dos seus territórios.

O tratado deu reconhecimento legal aos Calvinistas. Três grandes potências emergiram: a Suécia, os Estados Unidos e a França. O poderio da Suécia foi, contudo, de pouca duração. (...) A Paz de Vestfália é frequentemente lembrada por ter iniciado a versão moderna de diplomacia já que marcou o início da visão moderna de Estado Nação.

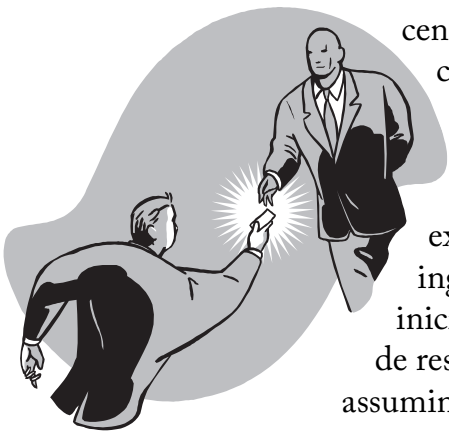
As guerras posteriores ao acordo não tinham como tema principal a religião, mas sim giravam em torno de questões de Estado. Isto permitiu que os poderes Católicos e Protestantes pudessem se aliar. Outro resultado importante deste tratado foi ter colocado por terra a idéia de que o Sacro Império Romano pudesse dominar secularmente o Mundo Cristão por inteiro. Os Estados-Nações a partir deste tratado adquiriram o status mais alto da escala governamental, não permitindo submissão a nenhum outro poder.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Paz_de_Westphalia, acessado em 10 de dezembro de 2005.

Entretanto, o estudo específico das relações internacionais, conhecido atualmente, surgiu nos Estados Unidos e na Inglaterra. Sabe-se, conforme Gonçalves (2005), que a primeira cátedra universitária deste estudo apareceu em 1919, na Universidade de Gales.

Na Inglaterra, os estudos da disciplina descenderam da cooperação acadêmica entre a diplomacia e os diferentes segmentos universitários, caracterizando, entre outros fatores, as questões culturais como aspectos extremamente importantes na composição das relações internacionais. Observa-se que os recursos dispostos para financiar as pesquisas nesta área do conhecimento eram vastos, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos.

Como você pode observar na disciplina de Política Internacional, logo após o término da Segunda Guerra Mundial inicia-se a corrida armamentista e a busca pelo poder mundial, em um cenário bipolar, tendo os Estados Unidos e a União Soviética como principais atores dessa realidade, dando início assim à Guerra Fria. Foi nesse período também que os Estados Unidos investiram diretamente nas pesquisas sobre relações internacionais. Em função da realidade mundial existente na época e, diferente do objetivo das pesquisas inglesas, nos EUA, a ciência das Relações Internacionais iniciou-se a partir da Ciência Política, tendo o objetivo direto de resolver os problemas concretos enfrentados pelo Estado, assumindo um caráter prático.



Desta forma pode-se caracterizar o estudo atual das relações internacionais como indispensável ao entendimento do mundo globalizado. Estando ele inicialmente ligado às elites norte-americanas e inglesas, vinculava-se diretamente às relações de poder da sociedade mundial, sendo que as duas Nações em questão objetivavam primeiramente a manutenção do poder que detinham.

Observe o conceito de Relações Internacionais definido por Phillipe Braillard e Mohammad-Reza Djalili, citados por Gonçalves (2005, p. 5):

...as relações internacionais podem ser definidas como o conjunto de relações e comunicações que os grupos sociais estabelecem através das fronteiras.



Ao observar este conceito, você verá que as relações internacionais tratam principalmente das relações de grupos sociais, entendidos neste contexto como os **atores internacionais**, o relacionamento e a comunicação estabelecida entre eles. Ou seja, as relações internacionais pressupõem o estudo de um conjunto de interações que ocorrem no mundo.

Quando se fala da dificuldade de se estabelecer um objeto de estudo único nesta disciplina, constata-se ainda a dinâmica inerente às interações mundiais: constantemente surgem novos atores, novas questões internacionais, conflitos...



As **Teorias das Relações Internacionais** possuem como grande desafio explicar as constantes modificações nas relações mundiais.

A partir dessa discussão você irá perceber a veemente necessidade de estudar e rever antigas teorias, bem como estabelecer questionamentos e conclusões sobre a dinâmica das relações internacionais e sua realidade.

Além da tão comentada **relação entre Estados Nacionais**, o dualismo de conceitos pode ser considerado também como **realidade** das relações internacionais, tendo como exemplos:

- Paz X Guerra;
- Armamento nuclear X Desarmamento;
- Imperialismo X Nacionalismo;
- Países ricos X Países pobres;
- Livre comércio X Protecionismo;
- Integração regional X Globalização;
- Livre circulação de pessoas X Xenofobia;
- Preservação do meio ambiente X Desmatamento;
- Segurança nacional X Terrorismo.

Paradigmas são escolas de pensamento que têm sido constituídas mediante abordagens no estudo das relações internacionais que exploram alguns níveis, setores e normas em detrimento de outros. Cada paradigma é um tipo de lente compósita, que possibilita uma visão seletiva das relações internacionais. Igual a qualquer outra lente, a leitura através dela permite que determinadas características apareçam mais fortemente, enquanto outras características quase desapareçam. KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982; citado por Gonçalves, 2005.

A realidade que envolve as relações internacionais é muito ampla e contemporânea, abrangendo **conflitos e ações de cooperação** entre as sociedades. É em função disso que muitos estudiosos da área estabelecem o conceito de **Paradigma** para explicar as vertentes teóricas surgidas com o intuito de elucidar a evolução e a mudança constante que ocorre no globo estabelecendo cada uma, conseqüentemente, seu objeto de estudo.

De qualquer maneira, apenas o conceito de paradigma não basta para estabelecer as vertentes teóricas das relações internacionais. Para fins de estudo desta disciplina, portanto, serão considerados os seguintes paradigmas:

- Realismo;
- Liberalismo – Idealismo;
- Interdependência Complexa;
- Pluralismo;
- Pós-modernismo.

O Realismo

Relembrando os estudos realizados em outras disciplinas como geopolítica e política internacional, destaca-se novamente a teoria realista.



O Realismo considera o poder como elemento central de análise das relações internacionais e está embasada nas diretrizes estabelecidas por Thomas Hobbes.

Conforme Hobbes, o ser humano, no estado de natureza, firma um pacto social, inserindo-se na sociedade e conseqüentemente submetendo-se ao poder do Estado. A partir do momento em que o Estado, estabelecido na obra de Hobbes como o Leviatã, não se submete a um poder soberano, o ser humano vive a constante possibilidade de guerra entre os Estados.

Para Hobbes, todos os Estados, apesar de se relacionarem, vivem em estado de anarquia com a ausência de um poder soberano na sociedade internacional. Desta forma surge a busca constante pelo poder, em que cada Estado soberano busca maximizar sua força sobrepondo-se aos considerados mais fracos. Esta é a característica principal do estado de natureza estabelecido por Hobbes, que deixa claro ainda que os Estados não podem fugir a essa realidade, conhecida também como sendo o **dilema da segurança**.

A partir do pressuposto teórico estabelecido por Hobbes, os realistas contemporâneos estabelecem determinadas características intrínsecas deste paradigma, observe:

- Os Estados são o principal objeto de estudos das relações internacionais;
- O homem vive em constante luta pelo poder;
- Os Estados, por sua vez, estabelecem essa busca pelo poder nas relações internacionais;
- Os Estados, conseqüentemente visam a capacitação militar e a segurança nacional;
- As Organizações Internacionais não conseguem oferecer proteção irrestrita aos Estados por não possuírem poder supranacional sobre os mesmos;
- A estabilidade de forças entre os Estados se dá com o equilíbrio de poder no sistema internacional.

O Liberalismo – idealismo

Pode-se considerar que a disciplina das Relações Internacionais, surgida nos anos 20, estava embasada na realidade vigente estabelecida pelo ideal do **Liberalismo**.



Para melhor compreensão, vale destacar que o liberalismo acreditava que o livre comércio e a democracia eram capazes de garantir a paz no cenário internacional, bem como a prosperidade dos países.

Os teóricos liberais enfatizavam que o comércio entre as nações promoveria a cooperação e troca de experiências e culturas entre os povos, uma vez que estes mesmos Estados, pautados em governos democráticos, apresentariam características naturais de cooperação e repúdio à guerra, buscando as soluções de conflitos via negociação e diálogo.

Considera-se ainda, dentro do escopo do liberalismo, o importante papel desempenhado pelo Direito Internacional, sendo este o estabelecimento de uma ordem natural, através de

organizações internacionais, dentro do contexto de anarquia internacional, fomentando assim o almejado equilíbrio de poder e de forças.



De uma forma geral, o paradigma liberal-idealista está embasado na idéia de que a **natureza humana é essencialmente boa**, são as instituições que incitam o mau comportamento social. Em função disso, considera-se que a boa estrutura das instituições internacionais podem regular a sociedade internacional e conseqüentemente promover a cooperação entre as Nações.

Mas, ao contrário do que se possa imaginar, os anos 30 destacaram a luta pelo poder em detrimento do desejo de paz mundial. Neste aspecto, para as Relações Internacionais a Teoria Realista era a única capaz de demonstrar os aspectos da realidade internacional.

A oposição entre o paradigma liberal-idealista e o paradigma do realismo

A partir da década de 30, com a **busca pela implementação do comércio**, se materializa o Realismo como paradigma dominante das Relações Internacionais.

Esta realidade se consolida com a forte tendência internacional ao nacionalismo político entre as Nações, e conseqüentemente a conformação da Segunda Guerra Mundial.



Nos Estados Unidos, por exemplo, o desfecho configurado com a Crise de 1929, em que o livre comércio não obteve pleno êxito, fez com que, a partir da década de 1930, o país se voltasse para a política internacional, estabelecendo o objetivo de defender os interesses nacionais por todo o globo. A perspectiva Liberal das Relações Internacionais deu lugar ao Realismo. Os Estados Unidos, envolveram-se em problemas de ordem internacional e também estabeleceram influências diretas nos problemas de muitos outros Estados nacionais.

Todavia, é importante destacar a fundamentação do paradigma liberal-idealista:



O paradigma liberal-idealista crê na influência direta do Direito Internacional na condução das Relações Internacionais, na paz entre os Estados e na perfectibilidade humana, ou seja, no conceito idealista, as organizações internacionais são o meio mais eficaz de se alcançar os objetivos de equilíbrio entre as Nações e de estabelecer a cooperação entre as mesmas.

O dilema entre essas duas vertentes teóricas está estabelecido em seus distintos conceitos de **equilíbrio** e **cooperação mundial**. Nesta discussão, observa-se portanto que os idealistas não prevêm em seus estudos a dimensão da luta pelo poder que cada Estado estabelece no sistema internacional.

Com a **Segunda Guerra Mundial**, o paradigma realista mostrou-se mais eficaz para demonstrar a realidade do que o paradigma liberal-idealista.

Discute-se então, o conceito de segurança nacional, intrinsecamente ligado às questões ideológicas. Verifica-se que os Estados Unidos passam a combater o expansionismo soviético, considerando-o como inimigo e influenciando diretamente outros Estados, estabelecendo relações diretas de poder, em prol de um chamado “mundo livre”.

Considera-se este conflito bélico um marco para a transformação da sociedade internacional. Com o fim deste evento, a multipolaridade que havia sido estabelecida no Congresso de Viena, deu lugar à conformação bipolar de poder.

Daí por diante, os formuladores norte-americanos passaram a perceber o mundo como um grande tabuleiro de xadrez, no qual as peças de cor igual à sua deviam estar todas subordinadas ao seu grande objetivo de cercar, isolar e destruir o Estado soviético. (GONÇALVES, 2005)

Analisando, portanto, o realismo há que se considerar que para muitos teóricos dessa vertente, o objetivo do Estado é sobreviver no cenário mundial, considerado descentralizado e anárquico, explicando desta maneira a procura contínua e o investimento direto em segurança.

O destaque do papel dos Estados Unidos nesta discussão aparece quando observa-se a influência direta das grandes potências mundiais e suas destacadas ações na sociedade internacional. É através da atuação das grandes potências que se dá a estabilidade internacional.

Seção 2 – A interdependência complexa e a concepção de nova realidade mundial

A Interdependência Complexa e o Pluralismo

— *Você sabe como surgiu a conhecida frase: Estamos em uma Nova Realidade Mundial?*

Nesta seção você terá a oportunidade de conhecer e compreender as variáveis que ainda hoje permanecem em qualquer estudo relativo ao sistema internacional.

Observe que o paradigma realista ainda persiste, fazendo com que se reconheça, em muitas ações dos Estados, a vertente desta teoria na aplicação da busca pelo poder e por sua inserção no cenário internacional. Entretanto, algumas mudanças nos estudos sobre as Relações Internacionais mostram-se tão importantes quanto àqueles defendidos por realistas e liberais.



Durante a Guerra Fria, observou-se na sociedade internacional uma mudança bastante significativa na economia dos Estados: o abandono do padrão-ouro, estabelecido em Bretton Woods, já na década de 1970, as crises do petróleo, e ainda pode-se considerar o advento do comércio mundial, tendo Estados Unidos e Japão como países em constantes conflitos nessa área.

Com isso, estudiosos das Relações Internacionais, caracterizaram a relativa importância de fatores econômicos na condução da sociedade internacional, destacando a necessidade de se ampliar as correntes teóricas, deixando de limitá-las apenas às questões de segurança dos Estados.



Surge então o **paradigma da Interdependência Complexa**, ou **Pluralismo**, em que indo contra o paradigma Realista, tinha como base as mudanças econômicas do cenário mundial e viam a necessidade de se reformular as teorias das Relações Internacionais que não englobavam os novos fatores de mudança da realidade mundial.

Ao observar a matéria estudada na disciplina de geopolítica, você pode identificar o paradigma da interdependência.

Mesmo estando no auge da Guerra Fria, com o poderio militar e armamentista caracterizando as conformações de poder, o poder econômico passa a ser escopo de discussões e de busca de equilíbrio de poder na sociedade internacional, utilizando mecanismos financeiros e comerciais para impor sua força, não sendo necessário o uso de força militar.

Estabelecendo forte oposição ao realismo, os pluralistas dizem que o Estado não é mais o único ator das relações internacionais, houve a influência direta de outros atores como as organizações internacionais, organizações não-governamentais e as empresas multinacionais. Além disso, estabeleceram estudo destacando a relevância da cooperação internacional entre os estados no intuito de alcançar o almejado equilíbrio de poder, enfatizando a constante necessidade de se observar a conjuntura internacional e a atuação e influência dos diversos atores na realidade vigente.

Todas essas discussões foram frutíferas para a conformação das **Teorias das Relações Internacionais**. Observe as alterações ocorridas:

...de um lado, o Realismo, ao promover alguns ajustes em seu corpo teórico, se fez neo-realismo. De outro lado, o Pluralismo, para responder às críticas dos teóricos da Dependência (os quais não podiam admitir a idéia de interdependência complexa com assimetria), assumiu seu caráter abertamente liberal, convertendo-se, então, em Neoliberal. (GONÇALVES, 2005, p.20).

O paradigma da sociedade internacional - a escola inglesa

Há que se destacar que a grande maioria das teorias existentes nas Relações Internacionais contrapõem-se à teoria realista. O mesmo ocorre com o paradigma da Sociedade Internacional.

Até o presente momento, as teorias indicadas foram estabelecidas por cientistas de origem norte-americana. Agora, há que se destacar os debates surgidos na Inglaterra, que também foram de grande importância para a conformação dos estudos das relações internacionais.



Embasados no pressuposto estudado por **Hugo Grotius**, em sua obra **Do Direito da Guerra e da Paz (1625)**, que destacava a necessidade do estabelecimento de normas para os Estados da Europa, mesmo em condições de guerra, o paradigma da Sociedade Internacional considera a **anarquia como meio de organização mundial**.

Para melhor compreensão, deve-se analisar a teoria estabelecida por Hugo Grotius, citado por Gonçalves (2005), que enfatiza e constitui noções de direito internacional, em que considera que todos os Estados são submetidos ao mesmo direito natural. Em função disso, os príncipes (governantes soberanos da época, na Europa), deviam respeitar os direitos dos neutros e o direito ao livre uso dos mares, mesmo estando estes em estado de guerra.



Você deve estar imaginando, qual seria a grande novidade estabelecida por esse paradigma: ora, se a base da teoria da Sociedade Internacional está nas questões relativas ao direito internacional e à obediência a certos preceitos entre os Estados e, em não havendo um poder supranacional que defina os direitos dos Estados e os faça ser respeitados, como pode ser estabelecida uma teoria embasada no ordenamento da Sociedade Internacional?

Surge então, mais uma vez, a discussão a respeito da anarquia internacional – tema este que você já verificou nas disciplinas de política internacional e geopolítica.

Enquanto os realistas defendem a idéia de que não há sociedade internacional, justamente por não haver um poder supranacional

que ordene as relações entre os Estados, o paradigma estabelecido pela Escola Inglesa defende o fato de que a Sociedade Internacional é diferente das sociedades nacionais e o caso de não existir um governo supranacional com poder para fazer com que as leis sejam cumpridas nesse meio, não impede necessariamente de que haja um ordenamento de fato nas relações entre os Estados, e estes por sua vez, passem a compor a sociedade mundial – a principal característica é, portanto, a anarquia estabelecida neste âmbito.



Verifica-se então, que a anarquia internacional deve basear-se não apenas nas **questões relativas à Segurança**, mas sim através da **cooperação**, da **interdependência dos Estados** e também por meio do **compartilhamento de valores culturais e morais** comuns.

Conclui-se, portanto, que o estabelecimento da **Nova Realidade Mundial** se deu por intermédio do debate da influência exercida pelos diferentes fatores contemporâneos como a economia internacional, a cooperação entre os Estados e a interdependência existente entre eles. O Estado deixa de ser o único e principal ator das Relações Internacionais.

Seção 3 – A Teoria Crítica e o pós-modernismo

Dentre as mais variadas teorias das Relações Internacionais, enfatiza-se mais uma vez a crítica aos posicionamentos do Realismo. Tratar-se-á, portanto, das chamadas **Teoria Crítica e Pós-Modernismo**.

A Teoria Crítica surge neste espectro das relações internacionais, dando maior importância às questões relativas à Política, tendo como embasamento fundamental o ideal **Iluminista**.

Os iluministas apregoam que as teorias científicas elaboradas ao longo dos anos devem ter a finalidade de ir contra tudo que se caracterize como dominação, promovendo a liberdade e a emancipação das pessoas e sociedades.

Observa-se, portanto, a influência da teoria Marxista na Teoria Crítica, quando a mesma procura derrubar as verdades pregadas pelo Realismo, no que concerne à existência de uma realidade externa objetiva, a distinção entre sujeito e objeto e a falta de valores e moral na ciência.

A **Teoria Crítica**, portanto, enfatiza que o realismo aparece como um discurso elaborado pelas grandes potências a fim de consolidarem seu poder mundial no sistema atual. Para os críticos, o sistema internacional é, na verdade, uma construção histórica dirigida pelas grandes potências e determinada pelo desenvolvimento do capitalismo. Afirmam ainda que as teorias devem não só constatar a realidade mas também produzir análises e funcionar como meio de mudanças sociais no mundo.

Ainda sob a influência dos ideais iluministas, aparece a **crítica Pós-Modernista**. Considera-se este como o mais radical de todos os paradigmas estabelecidos nas relações internacionais porque o mesmo considera este vasto campo como sendo cada qual, parte de um mesmo discurso.

Mesmo abrangendo todos os paradigmas das relações internacionais, o principal alvo das críticas pós-modernistas continua sendo o Realismo, por considerarem ser este incompatível com a realidade do mundo pós-moderno, quando o mesmo utiliza o Estado como ator fundamental, enquanto que o mesmo age racionalmente no intuito de alcançar seus objetivos nacionais e manter seu poder.

Em contraposição, para os pós-modernistas o Estado não existe de fato, ele é considerado da maneira como é descrito, segundo Gonçalves (2005), de mera ficção construída por acadêmicos e cidadãos, com a finalidade de dar significado às ações sociais que empreendem entre si.

Para a crítica Pós-Modernista, as teorias das Relações Internacionais, assim como todas as demais teorias sociais e a literatura, são prisioneiras das mesmas armadilhas filosóficas Iluministas, segundo as quais a ciência tem um superior e inigualável lugar na ordem do saber, por proporcionar conhecimento objetivo, e a modernização conduzir ao progresso e ao maior bem-estar para todos. (GONÇALVES, 2005)



Síntese

O intuito de compreender o contexto do estudo da Teoria das Relações Internacionais, surge para o estudante de Comércio Exterior como um fator extremamente importante para identificar o complexo sistema internacional vigente.

Além de visualizar a conformação do sistema internacional, você teve a oportunidade de vislumbrar as relações internacionais como sendo um tema multidisciplinar e amplamente discutido ao longo dos anos.

Você pôde observar que os paradigmas das relações internacionais apresentam diferentes objetos de estudo, sem deixar de considerar como fundamental a crítica à Teoria Realista. Isto porque, durante muito tempo, foi ela a única vertente teórica que conseguia explicar os complexos fenômenos que ocorrem no sistema internacional.

A desigualdade da distribuição de poder também se caracteriza como fator preponderante nos estudos internacionais, tendo os Estados como os principais atores no cenário global.

Com o término da Guerra Fria e a instauração do sistema multipolar (sendo que para muitos o sistema internacional possui característica unipolar, tendo os Estados Unidos como o país mais poderoso), ocorreram mudanças drásticas na “agenda política internacional” e, conseqüentemente, nos estudos relativos às questões internacionais.

Em função da não-previsibilidade por parte dos realistas, das possíveis mudanças no sistema internacional, alguns estudiosos passaram a considerar o paradigma realista como inadequado. Em função do que se considera como a Nova Realidade Mundial, viu-se a necessidade de buscar o paradigma liberal, embasado no livre-comércio e nos princípios democráticos para explicar a atualidade global.

Muitos temas referentes a conflitos exigem, atualmente, para sua solução, a cooperação entre os atores estatais e os não-governamentais, incluindo-se ainda em alguns casos, as questões relativas à internacionalização do capital e à globalização financeira.

O liberalismo atual, caracterizado como Neoliberalismo, tem como enfoque principal as relações de poder interligadas às relações econômicas internacionais, isto porque considera-se esta última ser o meio eficaz de aquisição de poder na sociedade internacional.

Neste escopo, observa-se ainda a influência direta das grandes potências capitalistas nas relações entre Estados menos potentes, caracterizando o estado de dependência econômica, como visto em geopolítica, dividindo o mundo em países de centro e de periferia.

Entretanto, para fins de estudos, verifica-se a constante busca de novos interesses como o desenvolvimento e o comércio entre os países. As pesquisas em relações internacionais não abrangem unicamente as relações de poder, mas sim a busca pela melhor maneira de consolidar os interesses nacionais em conformidade com a solução de conflitos internacionais.



Atividades de auto-avaliação

- 1) Destaque as características do Paradigma Realista estabelecido nas discussões sobre as Relações Internacionais.

- 2) Conforme as seções estudadas estabeleça um comparativo entre as teorias citadas.

- 3) O processo atual de globalização é condizente com os preceitos do paradigma do Realismo? Justifique sua resposta.



Saiba mais

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. 2. ed. Brasília: Edunb, 1986.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Edunb, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

WENDZEL, Robert L. **Relações internacionais**. Brasília: Edunb, 1985.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. Brasília: Edunb, 1985.

Sujeitos das Relações Internacionais



Objetivos de aprendizagem

- Compreender as características do ordenamento mundial a partir dos estudos dos atores das Relações Internacionais.
- Estudar o desenvolvimento dos processos internacionais, bem como características da ordem mundial, baseadas nas relações entre os Estados e os múltiplos atores que constituem o sistema internacional.



Seções de estudo

- Seção 1** A sociedade internacional.
- Seção 2** Os novos atores internacionais e o advento da globalização.
- Seção 3** As abordagens da interdependência, da dependência e o debate da perspectiva latino-americana.



Para início de estudo

Com o estudo das Unidades 1 e 2 deste livro, você pôde constatar a complexidade da formação dos Estados Nacionais e sua implicação nos estudos inerentes às Relações Internacionais.

Sobre os paradigmas estabelecidos em curso nessa área, é possível verificar que o Realismo é insuficiente para explicar de fato, o cenário internacional. Para tanto, outras teorias foram estabelecidas ao longo do tempo, principalmente no que se refere às pesquisas anglo-saxãs a partir do início do século XX.

Fatores como a economia, a política, o comércio e o direito estão intrinsecamente ligados aos estudos realizados até o momento, mas destaca-se a Política como um processo contínuo na análise da conformação das relações internacionais, aliando o mesmo a outros fatores sociais que buscam explicar a realidade.

Seção 1 – A Sociedade Internacional

Para iniciar as discussões acerca dos sujeitos das relações internacionais, há que se destacar o meio de sobrevivência dos mesmos, estabelecendo o conhecimento a respeito da **Sociedade Internacional**.

Na conformação dos Estados Nacionais é que novas relações foram formadas no mundo, tendo a forte influência e atuação do Estado como um novo e importante fator de consignação do ordenamento social.

[...]um Estado apenas adquire personalidade internacional e pode exercer inerentes prerrogativas, se tiver sido reconhecidos pelos outros Estados, cada Estado é livre de reconhecer ou não reconhecer um Estado que aparece. (ARON, 1986: p. 259)

Mais uma vez, retorna-se às discussões sobre a anarquia internacional, isto porque, a citação anterior, mostra que a **legitimação de um Estado depende da intervenção soberana de outro**, ou seja, a anarquia aparece porque a atitude dos Estados pode não ser constante - **o Estado pode ser reconhecido por uns e não por outros**.



A construção do conhecimento acerca da conformação dos Estados e suas implicações no cenário internacional nem sempre é tarefa fácil. Basta observar também, após a discussão do surgimento e reconhecimento de um Estado, a questão inerente à Soberania Nacional.

A soberania é um dos alicerces da análise das relações internacionais, isto porque, ela encontra-se na base da formação da própria entidade política que é o Estado, considerado, por sua vez um dos principais sujeitos das relações internacionais.

Entretanto, sabe-se que as fronteiras estão cada vez mais “permeáveis” com a globalização da economia e com a transnacionalização de empresas. Ou seja, em muitos casos, as **fronteiras são transpostas facilmente**, desta forma, **o que mantém a identidade nacional dos territórios é a soberania**.



Assim, a sociedade internacional é composta, entre outros sujeitos, de Estados Nacionais soberanos.

— Mas você consegue compreender como a ordem internacional a partir do pressuposto de que cada Estado é autônomo em sua vontade e atitudes políticas?

Ainda discutindo-se a questão da soberania nacional, vale ressaltar que as **questões práticas** que ocorrem em nível internacional derivam de **intervenção política**.



Exemplo dessa intervenção surge quando um Estado acaba intervindo “legitimamente” em outro quando algumas práticas exercidas pelo primeiro não condizem com os entendimentos coletivos, ou seja, não correspondem aos valores existentes no ordenamento da Sociedade Internacional. A **legitimidade** da intervenção aparece quando o motivo é **coletivo**.

Dessa forma observa-se o conflito existente na Sociedade Internacional, uma vez que um Estado autônomo pode intervir em outro, apenas por sua própria vontade e autonomia. A ordem

internacional, portanto, é estabelecida pela própria Sociedade Internacional, uma vez que essa se caracteriza como anárquica, tendo a soberania estatal como um dos principais fatores capazes de organizá-la e ordená-la.

A soberania no mundo globalizado

No contexto atual a questão da soberania estatal se apresenta de maneira diferente do que foi exposto até o momento. Ao observar **discursos e práticas políticas** de grande parte dos governantes, você pode verificar que eles consistem, em sua maioria, de falas e atitudes que **visam a integração internacional**, o que se contrapõem a referências isoladas e centralizadas.



Os Estados possuem consciência de que pertencem ao mundo globalizado e que não estão sozinhos.

Essa **consciência global** configura na **perda relativa da soberania** por parte do Estado. A formação da sociedade internacional se dá também e principalmente por essa perda de soberania estatal, representando em alguns casos, a própria perda de poder relativo do Estado, em detrimento do que se pode chamar de poderes menores instaurados e acordados entre eles, relativos às relações internacionais, e que disciplinam e organizam o âmbito internacional.

Portanto, vive-se uma dualidade constante: soberania x anarquia. Esta última, como já foi visto, corresponde principalmente a tudo aquilo que é relativo às relações internacionais e que não pode ser assimilado ao ordenamento interno dos Estados soberanos.

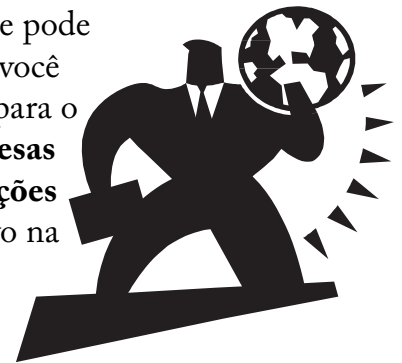
No mundo atual, considera-se então que **a Sociedade Internacional é composta por Estados Soberanos, independentes, mas que influenciam diretamente nas questões relativas ao ordenamento do cenário internacional** que, por sua vez, traça diretrizes das ações relativas às medidas adotadas internamente por estes atores.

Não se considera, entretanto, os Estados como sendo os únicos atores capazes de influenciar as diretrizes da Sociedade Internacional.

Na próxima seção, você estudará a atuação de outros atores das relações internacionais e suas influências diretas na composição e no ordenamento do mundo globalizado.

Seção 2 – Os novos atores internacionais e o advento da globalização

Com as discussões acerca do advento da globalização, observa-se constantemente a influência direta exercida pelo que se pode chamar de “novos atores internacionais”. Isso porque, se você observar, os Estados aparecem como peça fundamental para o entendimento das Relações Internacionais, mas as **empresas transnacionais, organismos internacionais e organizações não-governamentais** também exercem seu poder relativo na conformação da sociedade internacional.



Como visto na seção 1 desta unidade, as fronteiras territoriais representam cada vez menos uma barreira para o inter-relacionamento dos Estados. Com a ampliação e a transnacionalização de espaços na Sociedade Internacional, novos atores têm a capacidade de atuar no meio internacional, derrubando o posicionamento isolado do Estado, e até mesmo privilegiado como único ator das relações internacionais.



Assim, desenvolve-se uma nova Sociedade Internacional, com influências de diversos setores das sociedades dos Estados soberanos, incluindo aqueles que por sua vez possuem soberania e status próprio.

Com o advento de novos atores internacionais, outros fatores são extremamente importantes para se considerar a tomada de decisões em âmbito governamental: a economia, a demografia, o meio ambiente, as migrações internacionais, entre outros.



Diante disso, o Estado como único ator importante na sociedade internacional perde seu conceito de soberano e único.

Desta forma, observa-se que a conformação da Sociedade Internacional, que em algumas teorias se dá única e

exclusivamente em função do Estado, cai por terra diante da nova conformação mundial, considerando-se que a busca na solução de conflitos e na convivência pacífica muitas vezes se dá através da co-relação entre Organizações Internacionais, Organizações Não-Governamentais, Estados, Blocos Econômicos e Empresas.

O Estado, mesmo sendo ainda um dos principais eixos de manutenção da Sociedade Internacional, mantém o controle da agenda internacional e dos interesses inerentes a sua responsabilidade. Por outro lado, muitas funções e decisões internacionais estão sendo compartilhadas por organismos de origem internacional, onde visam objetivos conjuntos para a sociedade mundial.

— *Mas você sabe como se constituem os atores internacionais?*



Os Estados, sendo soberanos, acabam por estabelecer e influenciar a tomada de decisões em âmbito internacional. Desta forma, a Sociedade Internacional atual não mantém uma simetria, um ordenamento igualitário de atores.

Não há entre os atores uma homogeneidade sobre recursos e capacidades de que dispõem quando da tomada de decisões, não sendo, portanto, possível comparar a capacidade de influência de uma Organização Internacional com a influência unilateral de um Estado soberano, nem de uma multinacional com uma ONG, por exemplo.

Destaca-se nesse cenário anárquico da Sociedade Internacional, que **os atores não-estatais buscam atuação em setores descentralizados e principalmente sobre temas globais**. Seu poder está centralizado na busca de ações de interesses transnacionais. Exemplo disso são as Conferências Mundiais sobre Direitos Humanos, Meio Ambiente entre outros, que visam, principalmente **questões de origem social** e não político-militar.

— *Para compreender melhor, observe o seguinte exemplo:*



Consensos políticos internacionais surgem quando o Estado, por exemplo, acata a vontade de seus cidadãos, que por sua vez foram geradas pelas ações de instituições internacionais. São ações de interesse coletivo, consolidando a harmonia entre todos os atores, com o intuito de alcançar os objetivos globais predeterminados.

Entretanto, ainda destacamos os organismos internacionais que não visam diretamente o consenso entre os atores, agindo

de forma isolada no cenário internacional, e reivindicando principalmente mudanças políticas e militares na conformação de poder mundial. Exemplo vivo disso são os grupos terroristas e separatistas.

Estes organismos, atuam muitas vezes na ilegalidade, por violarem alguns objetivos comuns da Sociedade Internacional como os Direitos Humanos e a Soberania dos Estados. Com o uso da força, na maioria das vezes, tanto terroristas como separatistas procuram impor sua vontade pela coerção, buscando muitas vezes mudanças políticas e estruturais da conformação da sociedade internacional.

Entretanto, ações violentas como essas acabam por chamar a atenção de muitos países. Estes, por sua vez, buscam o alinhamento a outros atores internacionais a fim de salvaguardar seu próprio país. Ou seja, ações de origem unilateral no cenário internacional encerram na adesão de muitos atores a objetivos comuns, como por exemplo:

- Tentativas de eliminação de testes nucleares realizados por alguns países, reforçaram a adesão de muitos outros ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.
- O apoio obtido por Osama Bin Laden (acusado de cometer os atentados terroristas de 11 de setembro nos EUA) de grupos islâmicos localizados fora das fronteiras do Afeganistão – seu país de origem.



Observa-se portanto, a importância das discussões e da busca por objetivos e metas comuns na condução da Sociedade Internacional. Alianças estratégicas entre Estados e os mais variados organismos internacionais são extremamente importantes para a manutenção da paz e do *status quo* mundial.

— *Mas e as questões relativas ao comércio e a economia internacional?*

A defesa de muitas nações soberanas, bem como muitos conflitos internacionais se originam nas discussões referentes ao comércio internacional.

O comércio e a economia são fatores preponderantes para a Sociedade Internacional atual. O advento das empresas

transnacionais e a busca por maior qualidade de vida das populações, ocorrendo através do implemento da produção e do comércio, fez com que os Estados perdessem parte de sua soberania, cedendo um poder relativo a organismos internacionais a fim de que estes ordenem os fluxos econômicos mundiais.



Com todos os fatos relatados até então e devido às transformações mundiais das últimas décadas, caracteriza-se a **Sociedade Internacional** como sendo um espaço transnacional no qual os atores se utilizam dos meios criados por governos e empresas, na busca por benefícios próprios e comuns, em defesa do interesse da humanidade.

A defesa do Estado através do Regionalismo

Para estarem inseridos no mundo globalizado, os Estados buscaram soluções a fim de não perderem seu status soberano. Nesse contexto, surge o processo contemporâneo de Regionalismo nas Relações Internacionais.



O **Regionalismo**, é um processo de união de Estados soberanos, que visa principalmente a ampliação das interações socioeconômicas destes atores.

Considerando que na sociedade internacional vários atores são importantes para o processo de integração, é possível observar que o próprio mercado internacional, com o advento do comércio criou mecanismos de interatividade transfronteiras, alheios às vontades dos próprios Estados Nacionais.



Dessa forma, o regionalismo surge entre os governantes como meio facilitador das ações de mercado, no intuito de buscar uma unidade e alcançar seus objetivos próprios.

Assim a cooperação internacional está ligada ao realismo, a partir do momento que os Estados precisam criar uma unidade, a fim de responder aos desafios impostos pelo sistema internacional, alheios à vontade dos Estados. Ou seja, através de alianças firmadas entre Estados de uma mesma região geográfica, o poder dos envolvidos se torna maior tanto diante das forças de mercado

como diante de outros países considerados mais fortes e com mais poder no cenário internacional. Surge então uma co-relação entre potências e superpotências mundiais.



A sociedade internacional, portanto, não configura unicamente uma ordem ou mesmo uma integração única. A sociedade internacional atual é composta por uma complexa gama de **atores** e **fatores** que representam a desordem, ou que se costuma chamar de **anarquia internacional**.

Desta forma, a perda da soberania por parte dos Estados é uma realidade neste mundo anárquico. O regionalismo, entre tantos outros fatores, surge também para evitar a perda da soberania através da conformação de blocos regionais. Assim os países possuem um meio de estabelecer sua **governança** no processo de globalização.

Seção 3 - As abordagens da interdependência, da dependência e o debate da perspectiva latino-americana

— *Após estudar as duas primeiras seções, você deve estar se perguntando: mas quem são os sujeitos das relações internacionais? Qual a relação existente entre esses sujeitos e a realidade atual do comércio exterior?*

Você já pôde observar como se dá a conformação de poder, bem como a criação dos Estados nacionais, as questões de soberania internacional, e ainda o processo atual de globalização.

Analisando todo o contexto das Relações Internacionais, é extremamente importante identificar a realidade regional na qual se está inserido. Desta forma, considera-se a abordagem dos paradigmas da interdependência e da dependência como meios de se identificar a América Latina na sociedade internacional.

“Governança é um fenômeno mais amplo do que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que façam com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas”.(Oliveira, 2005,p.3) Nesta perspectiva, os blocos regionais são organizados a partir de diferentes configurações institucionais. Cada uma delas adequadas ao tipo de governança regional que se busca estabelecer, sendo representativa do reflexo de interesses e motivações dos Estados envolvidos na cooperação.



O paradigma da **Interdependência** considera a distribuição dos fluxos econômicos como meio de apontar o poder de um ator internacional. Considera ainda que o mundo é naturalmente multipolar, sendo necessário o aprimoramento dos organismos internacionais como forças específicas para atuar diretamente no ordenamento do cenário internacional.

Os países latino-americanos, em desenvolvimento, usam de instrumentos como a ONU, a OMC, o FMI, para defenderem seus interesses no conturbado cenário internacional e ainda estão em processo de aprimoramento de acordos regionais, como o Mercosul, enfatizando a necessidade do regionalismo e da integração, bem como dos organismos internacionais na defesa de seus objetivos individuais e comuns.

Por outro lado, quando se trata do paradigma da **Dependência**, a realidade latino-americana é muito mais enfática. Isto porque, muitos estudos foram realizados por cientistas desses países, os quais caracterizavam a vertente da Teoria da Dependência como sendo capaz de explicar a conformação do cenário internacional e principalmente a realidade vigente na região.



O poder neste caso é definido através da distribuição de renda mundial, distinguindo países de centro (ricos e poderosos), e países de periferia (pobres e à margem do poder dos mais fortes). Com isso, a competição no mercado mundial torna-se incoerente pois, países de periferia não possuem recursos suficientes para competir em pé de igualdade com os países do centro - estes, por sua vez, exploram os insumos existentes nos países periféricos com o intuito de aprimorar ainda mais sua força, sua renda e seu mercado.

— *Mas você acredita que há alguma co-relação dessas duas teorias coma realidade da América Latina ou mesmo do Brasil?*

Com a escassez de recursos surgem certamente grandes diferenças econômicas entre os Estados deixando alguns países à parte da realidade competitiva mundial. Acredita-se que após analisar todos os fatores que identificam os sujeitos das relações internacionais, bem como a conformação da sociedade internacional você pode estabelecer seus critérios de

entendimento sobre a realidade em que o Brasil e os países da América Latina estão inseridos, a fim de facilitar a negociações e o entendimento das mesmas no cenário internacional.



A perspectiva latino-americana, é portanto, a perspectiva de muitos outros países da sociedade internacional: está buscando constantemente seu aprimoramento, por meio da regionalização e da cooperação internacional, no intuito de emergir e adquirir mais poder no cenário anárquico conflitante e contínuo, estabelecendo potências e aprimorando o nível de vida de seus nacionais.

Mas há que se considerar a globalização em um mundo de conformação tanto interdependente, quanto dependente: a partir dela, a atuação das grandes corporações aparece como um processo, uma força a mais no cenário mundial, independente dos Estados, das sociedades nacionais, de organismos internacionais e também de grupos sociais, em que elas acabam traçando as exigências dos mercados. (CHESNAIS, 1996, p. 239)

Com a anarquia da sociedade internacional, as empresas transnacionais foram adquirindo poder relativo no ordenamento das relações internacionais. Pela falta de um poder supranacional e principalmente, pelo advento das instituições financeiras, muitas empresas concentraram seus esforços na busca de lucratividade derivativa de medidas neoliberais (que defendem o livre comércio), encerrando por diminuir a força de outros importantes sujeitos das relações internacionais, no que se refere ao poder econômico.

Entretanto, a fim de se manterem no cenário internacional, as empresas transnacionais buscaram a **reestruturação produtiva**, por intermédio do implemento da tecnologia, da ciência, da busca de nichos de mercado, das fusões e aquisições de empresas, e ainda por meio da dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, trazendo consequências para a sociedade internacional como um todo.

Verifica-se portanto que o processo de globalização insere além dos Estados, das Organizações Internacionais, a internacionalização do dinheiro e do capital financeiro. Estes, por sua vez, combinados com as transformações econômicas e comerciais, bem como com os avanços tecnológicos e de

A reestruturação produtiva de suas bases conjugada com a possibilidade de dispor de grandes montantes de capitais por meio do lançamento de suas ações nos mercados internacionais via bolsas de valores, levou estas grandes corporações, em processo de transnacionalização, a atuar pautadas em uma nova lógica: deixam de reinvestir seus lucros, remetendo-os para a especulação em bolsas de valores e para as fusões e compras de empresas de menor porte, tanto privadas como públicas, dos países centrais e/ou periféricos. (OLIVEIRA, 2005)

comunicação fizeram com que muitos países, no intuito de buscar investimentos estrangeiros, lançassem papéis de seu mercado financeiro no mercado internacional, gerando assim uma certa dependência ao movimento globalizante da economia.

A atuação constante das empresas transnacionais na sociedade internacional, fez com que a competição acirrada em países de periferia, seguindo a idéia de conformação dependente, se tornasse um grande problema: houve a subdivisão dos mercados nacionais, enquanto que os Estados deveriam liberalizar seus mercados, mantendo a estabilidade e a garantia de equilíbrio econômico, a fim de que maiores problemas relativos à renda nacional não surgissem em detrimento das ações específicas de empresas transnacionais e superpotências.

O Estado deve então cumprir mais um papel de absorver o processo da globalização econômica, mantendo os níveis de vida da população e um mercado interno confiável para o desenvolvimento do comércio e com infra-estrutura necessária ao alcance do desenvolvimento.



Síntese

A sociedade internacional é complexa e anárquica. Vários são os fatores que influenciam diretamente no seu ordenamento. Considere primordial para este estudo, a questão relativa aos sujeitos das relações internacionais, ou pode-se chamar também de atores internacionais, na conformação das questões relativas ao cenário internacional.

Aliado às transformações mundiais encontra-se a busca constante de poder e de influência dos diversos atores internacionais, enfatizando-se aqui o principal deles que é o Estado soberano. Analisa-se ainda a questão relativa à soberania estatal, sua busca e seu papel no atual mundo globalizado, onde a economia e as finanças são um dos principais focos reais da conformação da ordem global.

Várias são as teorias de análise do mundo atual, e para tanto há que se identificar a realidade da América Latina, incluindo o Brasil, bem como os motivos pelos quais o advento de processos de regionalização são tão importantes para que os países possam desenvolver seus mercados e sua sociedade de forma integrada e interativa, em um processo mundial onde as fronteiras estão sendo transpostas.



Atividades de auto-avaliação

- 1) Destaque as características mais importantes sobre o conceito de Soberania Nacional.

- 2) Como os atores internacionais não-estatais exercem sua influência no cenário mundial?

3) Qual a importância do regionalismo na defesa de soberania do Estado?



Saiba mais

MOREIRA, Adriano. **Teoria das Relações Internacionais**.
Coimbra: Almedina, 1996.

WENDZEL, Robert L. **Relações internacionais**. Brasília:
Edunb, 1985.

Globalização e regionalização



Objetivos de aprendizagem

- Analisar a configuração da ordem global com a I e II Guerras Mundiais.
- Estudar o surgimento da ordem bipolar com o final da II Guerra Mundial.
- Verificar a formação dos blocos regionais e sua interface com a Globalização.



Seções de estudo

- Seção 1** A Globalização como fenômeno mundial: o fim do período de guerras mundiais e o estabelecimento de uma nova ordem bipolar.
- Seção 2** Os processos de integração mundial: a crise do sistema global e a redefinição da ordem mundial.
- Seção 3** A formação dos blocos econômicos regionais: a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul).



Para início de estudo

Nessa unidade você vai estudar o estabelecimento da “desordem mundial” no século XX. Com o início da I Guerra Mundial, o século XX foi marcado por uma sucessão de contenciosos bélicos que massacraram milhões de vidas inocentes.

A ascensão dos regimes totalitários na Europa demonstra o alcance da intolerância humana em escala jamais vista na história da humanidade. Da violência dos regimes totalitários do anti-semitismo e do racismo, que levou ao holocausto dos judeus nos campos de concentração, até a barbárie das explosões nucleares, o “breve século XX”, de fato, pode ser percebido como um período de “extremos” como bem afirmou o historiador **Eric Hobsbawm**.

Eric J. Hobsbawm é um dos pensadores mais influentes no mundo contemporâneo. Nasceu em Alexandria no Egito, em 1917 e estudou na Áustria, Alemanha e Inglaterra. É autor de inúmeros livros entre os quais: A era das revoluções, A era do capital, A era dos impérios, Os bandidos.

Em nenhum outro momento da história humana, a produção industrial alcançou cifras tão positivas, assim como foi no século XX que maravilhas da tecnologia proporcionaram maior expectativa de vida e a cura de inúmeras doenças. Entretanto, o que torna o século XX singular é sua história.

Neste século o homem inventou o avião, a televisão, a nave espacial, a internet, a globalização, as epidemias mundiais, a extrema pobreza. Assim, o que você estudará nessa unidade tem relação imediata com a sua vida cotidiana, com o fluxo da nossa existência. Fenômenos como a “Guerra Fria”, a “Globalização” e a formação de blocos econômicos estão diretamente presentes em nossa percepção sobre o mundo e perfazem nossas relações sociais.

Nesse sentido, você aprenderá nessa unidade, como o século XX foi um período marcado pela intolerância, assim como pela esperança de um mundo sem fronteiras, mais igualitário e mais próspero.

Seção 1 - A Globalização como fenômeno mundial: o fim do período de guerras mundiais e o estabelecimento de uma nova ordem bipolar

Para que você compreenda a reorganização do poder mundial durante o período que ficou conhecido como “Guerra Fria” é preciso, anteriormente, discutir a derrocada da ordem internacional com as I e II Guerras Mundiais.

A “desordem mundial” que emergiu no final da década de 1980 com a desintegração do mundo socialista, foi o mundo formado pelo impacto da **Revolução Russa** de 1917. Para o historiador britânico Eric Hobsbawm o “*breve século XX*” teve início com a I Guerra Mundial e o seu findar com o desmoronamento do Muro de Berlim.

A Revolução Russa ocorreu em 1917 e foi um fenômeno histórico articulado entre os partidos socialistas com o apoio das classes operárias em expansão na Rússia.

Esta revolução, também conhecida como a **Revolução Bolchevique** e **Revolução de Outubro** produziu, segundo Hobsbawm, o mais “*formidável movimento revolucionário organizado na história moderna.*” Menos de 30 anos? do movimento lidera do pelo Partido Comunista e Lenin, um terço da humanidade se achava vivendo sob os regimes diretamente derivados dos “Dez dias que abalaram o mundo”.

Em suma, a Revolução depôs o Czar Nicolau III e o sistema de latifúndios (grandes propriedades rurais). Enfraquecidas pela I Guerra Mundial, as agitações populares, arregimentadas por Lenin, reivindicavam pão aos pobres da cidade e melhores salários e menos horas de trabalho aos operários. (HOBBSAWM 1995, p. 68)

O início do século XX e a I Guerra Mundial

Os primeiros 31 anos que se estenderam de 1914 até 1945 compreendem um período intitulado por Hobsbawm (1995) como a “Era das Catástrofes”. Após esse sangrento período, seguiram-se 25 ou trinta anos de extraordinário crescimento econômico e transformações sociais, que podemos assinalar como a “Era de Ouro”.

A Europa da **Belle Époque**, do final do século XIX até 1914, tratava-se de uma civilização capitalista na economia, liberal na estrutura legal e constitucional na política. Além da exuberância tecnológica que exibia com o avanço da ciência e do progresso

material, a burguesia, cuja imagem de classe hegemônica proclamava, era profundamente convencida da centralidade da Europa.

A *Belle Époque* foi um período na história da França que começou no fim do século XIX e durou até a Primeira Guerra Mundial.

Ao ocorrer durante a Terceira República na França, a *Belle Époque* foi vista como uma era de ouro da beleza, inovação e paz entre a França e seus vizinhos europeus.

Segundo Nicolau Sevcenko, “estimuladas sobretudo por um novo dinamismo no contexto da economia internacional, essas mudanças irão afetar desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e espaço das pessoas”.

Este período também foi marcado por inúmeras invenções tecnológicas como: os veículos automotores, os transatlânticos, o avião, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica, a fotografia, o cinema, a radiofusão, a televisão, os arranha-céus, a anestesia, a penicilina, o papel higiênico, o sabão em pó, a Coca-Cola, a aspirina, etc. De fato, essa enormidade de produtos e a consequente transformação cotidiana que isso gerou, também provocou um ritmo perturbador às pessoas. (SEVCENKO, 1998: 09)

Para Sevcenko, foi o impacto da Revolução Científico-Tecnológica que alterou tanto os hábitos e costumes cotidianos quanto o ritmo e a intensidade dos transportes, comunicações, trabalho. Ainda neste período, outra característica marcante é o impulso extraordinário que a Revolução Científico-Tecnológica provocou em relação à consolidação da unidade global do mercado capitalista. (SEVCENKO, 1998: 11)

No entanto, após a “Era das Catástrofes”, os imensos impérios coloniais, erguidos durante a “Era dos Impérios” que você estudou na Unidade I, foram abalados e ruíram em pó.



Você sabia?

Mesmo os EUA, a salvo de confrontos bélicos em seu território, pareceram próximos do colapso econômico e social com a crise da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929.

Enquanto a economia balançava, as instituições da democracia liberal praticamente desapareceram entre 1917 e 1942, criando condições favoráveis ao surgimento dos regimes nacional-socialistas totalitários na Itália, Alemanha, Rússia, Espanha e Portugal. A democracia, para Eric Hobsbawm, só se salvou porque, para enfrentar o avanço fascista, criou-se uma aliança temporária e “bizarra” entre o capitalismo liberal e o comunismo no final da II Guerra Mundial. Basicamente a vitória sobre as tropas alemãs, comandadas por Hitler, foi possível por conta do contingente militar do Exército Vermelho Comunista e do rigoroso inverno russo.

A intenção aqui não é detalhar minuciosamente os contenciosos bélicos nesse período de guerra total, ainda assim, acreditamos como de fundamental importância considerar algumas questões que, de alguma forma, podem explicar a emergência da bipolaridade mundial com a Guerra Fria.



A I Guerra: a 1ª experiência dramática do século XX

O breve século XX viveu e pensou em termos de guerra mundial, abalando drasticamente a ordem mundial estabelecida no longo século XIX (Era dos Impérios). Entre 1815 e 1914, não houve em absoluto, guerras mundiais, as guerras eram localizadas como: EUA versus México entre os anos 1846-1848, da Criméia entre os anos de 1854-1846, Guerra Civil Americana entre 1861-1865, entre EUA e Espanha em 1871 e entre Rússia e Japão entre os anos de 1904-1905.

No entanto, o sistema imperialista criado ao longo século XIX, tornou-se insustentável no começo do século XX, pois a insatisfação do quinhão de terras conquistadas entre os impérios, certamente não poderia satisfazer a todas as nações. Com isso, parecia inevitável e mesmo previsível um conflito em proporções globais, como jamais se havia experimentado. Em 1914, teve início a I Grande Guerra Mundial que envolveu todas as grandes potências internacionais como você pode verificar nos quadros a seguir:

Quadro 4.1: Potências envolvidas diretamente na I Guerra Mundial.

Potências Centrais	Versus	Tríplice Aliança
Alemanha		Grã-Bretanha
Áustria-Hungria		França
Turquia		Rússia

Quadro 4.2: Países aliados às potências centrais.

Bélgica	Alinhamentos	Grécia
Servia		Romênia
Bulgária		Portugal
		EUA (entra na I Guerra Mundial em 1917)

Evidentemente, se os avanços tecnológicos da revolução industrial proporcionaram, no final do século XIX, maior produtividade e comercialização em escala global, também as guerras expandiram na mesma proporcionalidade.



Figura 4.1: Trincheiras com arame farpado da I Guerra Mundial.

Fonte: <http://pro.corbis.com/search/searchframe.aspx>



Pela primeira vez, tropas do ultramar foram enviadas para lutar e operar fora de suas regiões. O massacre de civis, o invento de novas armas mais letais e a barbárie dos conflitos inauguraram aquilo que você pode considerar como a “Era das Catástrofes”.

A escalada de brutalidades e massacres aumentou em proporção nunca antes vista na história da humanidade. A I Guerra Mundial foi travada em duas frentes. O plano alemão era liquidar rapidamente a França no Ocidente e depois partir com igual rapidez para liquidar a Rússia no Oriente. Essa tática de guerra era devido ao enorme potencial militar e humano de que dispunha o exército russo.

Por sua vez, na frente ocidental o impasse era sangrento. Atravessando a Bélgica neutra o exército alemão avançou sobre a França e só foi detido algumas dezenas de quilômetros de Paris, cinco ou seis semanas depois de declarada a guerra em 1914. Em seguida, tanto a resistência francesa como os exércitos alemães improvisaram linhas paralelas de trincheiras e fortificações defensivas que se estendiam do canal da Mancha, até a fronteira suíça. Nos três anos e meio que se seguiram não houve mudanças significativas de posição.

Essa frente ocidental tornou-se uma máquina de massacre sem precedentes na história da Guerra. Entre as principais batalhas em número de vítimas é possível citar a Batalha de *Verdun* em 1916 quando a Alemanha tenta romper as linhas ocidentais. Essa batalha envolveu mais de 2 milhões de combatentes resultando em quase 1 milhão de baixas. Na batalha de *Somme*, também em 1916, os britânicos forçaram linhas alemãs a recuarem ocasionando somente no primeiro ataque mais de 60 mil mortos.

Esses números aterrorizantes demonstram a violência deste período de guerras, provocando, tanto em britânicos quanto franceses, uma terrível e traumática lembrança.



Você sabia?

Praticamente 50% dos soldados britânicos que se envolveram na I Grande Guerra Mundial morreram em combates ou por consequência desses. Já os EUA perderam 110 mil soldados, a França 1,6 milhão e a Alemanha 1,8 milhão de combatentes.

O gás venenoso, por exemplo, além do uso ser considerado bárbaro, era ineficaz aos inimigos que dispunham de máscaras. Tanto os blindados como os aeroplanos eram lentos e pouco adaptados às condições geográficas dos campos de batalha.

Ainda que a I Guerra Mundial tenha inaugurado um novo tipo de conflito, dessa vez em escala global, as experiências com os **modernos equipamentos** de combate demonstraram a ineficiência da maior parte deles.

De fato, a resolução da guerra somente poderia ocorrer com a entrada dos EUA, dispondo de recursos materiais ilimitados e contingentes humanos preparados. No final de 1918, os velhos governos imperialistas ruíram em pó, demonstrando a incapacidade de manutenção da ordem internacional estabelecida no século XIX.

A lógica do conflito que perdurou entre 1914 e 1918 foi a lógica da **Era dos Impérios**, onde a competição supunha a eliminação do outro, tanto no caso dos conglomerados industriais ou financeiros ou ainda dos Estados Nacionais.

A II Guerra Mundial e a escalada da intolerância

Em 1919 foi assinado o Tratado de *Versailles*. Este tratado foi um acordo entre os países vencedores da I Guerra Mundial que pretendiam impor restrições aos países vencidos. Após meses de duras discussões, foi apresentado à Alemanha em 7 de Maio de 1919 e assinado em 28 de Junho de 1919.



Composto por 440 artigos e numerosos anexos, acabou gerando uma controvérsia generalizada. O Tratado de *Versailles* retirou cerca de 13.5% do território que a Alemanha então possuía em 1914 (e cerca de sete milhões de pessoas) e todas as suas possessões. A Alsácia-Lorena retornou para a França e a Bélgica foi expandida.

Entre outras restrições, o exército alemão ficava limitado a um máximo de 100.000 homens e não poderia usar artilharia pesada, gás, tanques e aviões. A Marinha alemã somente poderia embarcar no máximo 10.000 toneladas e os submarinos foram proibidos.

O Tratado dispunha de 5 importantes considerações:

- 1- Frear o avanço do **Regime Bolchevique** como alternativa ao colapso de tantos regimes da Europa;
- 2- Controlar a política expansionista da Alemanha;
- 3- Redefinir o mapa político da Europa;
- 4- Investir em políticas internas dentro dos países vitoriosos;
- 5- Definir um acordo de paz que tornasse impossível uma outra guerra.

O regime bolchevique era o regime comunista russo.

Você pode perceber que a insatisfação dos países vencidos na I Guerra Mundial ocasionaria um outro conflito, dessa vez, talvez mais catastrófico.

Com isso, a II Guerra Mundial, que teve início em 1939, alinhou os países insatisfeitos com o estabelecimento das restrições impostas com o Tratado de *Versailles*.



A Alemanha, por exemplo, condenou o Tratado de Versailles, alegando ter perdido vastas extensões territoriais conquistadas durante o século XIX, além da extinção da marinha e da força aérea, de gigantescos recursos de reparação financeira aos países invadidos, uma vexatória ocupação militar e, por fim, a irreparável perda das colônias do além-mar. Por sua vez a Itália, com o triunfo do **fascismo**, demonstrou sua insatisfação com os ganhos obtidos com a vitória na I Guerra Mundial. No Extremo Oriente, o Japão acreditava que merecia uma fatia maior na reconfiguração territorial no continente, do que potências imperiais ocidentais lhe impuseram.

O fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha constituíram a experiência mais cruel e grotesca da história contemporânea. Essas correntes do pensamento europeu vieram à tona com a II Guerra Mundial, e se confundiram com os regimes totalitários. Entretanto, diversamente do nazi-fascismo – política anti-semita (solução final) cuja origem encontramos ainda no século XIX – o totalitarismo, por sua vez, foi um regime político baseado na supressão das liberdades políticas e civis.

A pretensão de um governo total, sem dissidências, indiviso, foi uma premissa de alguns líderes populistas entre as décadas de 1920 e 1940. Um governo totalitário não finca suas raízes e mantém-se no poder meramente através do uso da coerção e da violência.

Os regimes totalitários, segundo Hannah Arendt “enquanto no poder, e os líderes totalitários, enquanto vivos, sempre ‘comandam e baseiam-se no apoio da massas”. Ainda segundo a filósofa alemã, a “ascensão de Hitler ao poder foi legal dentro do sistema majoritário, e ele não poderia ter mantido a liderança de tão grande população, sobrevivido a tantas crises internas e externas, e enfrentado tantos perigos de lutas intrapartidárias, se não tivesse contado com a confiança das massas. Isso se aplica também a Stalin.” Tais regimes se utilizaram amplamente da propaganda política promovendo a adesão da população à obra de reconstrução ou construção da nação. A grande popularidade desses líderes totalitários, seja Mussolini na Itália, Hitler na Alemanha ou Stalin na União Soviética, não se deu por conta do carisma dessas figuras, mas “do sucesso de uma propaganda magistral e mentirosa que conseguiu arrolar a ignorância e a estupidez”. (ARENDT, 1989:356).

— *Você sabe quais foram os fatos que marcaram o início da Segunda Guerra Mundial?*



Em 1931, o Japão invade a Manchúria, em 1935 a Itália invade a Etiópia, em 1936 a Alemanha e Itália intervêm na Guerra Civil Espanhola, em 1938 a Alemanha invade a Áustria e a Tchecoslováquia. Em 1939, a França e a Inglaterra, após a Alemanha ter invadido a Polônia, declaram guerra contra o governo nazista de Adolf Hitler.

A Alemanha precisava de uma guerra ofensiva e rápida pois os recursos dos inimigos unidos e coordenados eram superiores aos seus. Em 1941, a Alemanha invade a Rússia devido a seu vasto território oriental, rico em recursos naturais e trabalho escravo. Em outubro de 1941, a 100 km, de Moscou o inverno impede o ataque final.

No mesmo ano o Japão ataca *Pearl Harbor*. Em 1944, os aliados partem para a ofensiva e em maio de 1945 a Alemanha se rende, em setembro o Japão se rende após ter sido bombardeado com explosivos atômicos nas cidades de Hiroshima e Nagasaki pelos Estados Unidos.

Seção 2 – Os processos de integração mundial: a crise do sistema global e a redefinição da ordem mundial

Para que você compreenda o surgimento da Guerra Fria, que iremos tratar na seção 3 desta unidade, é preciso antes analisar a emergência do sistema socialista soviético.

Após a Guerra de 1914, a antiga Rússia dos czares levantou-se dedicada à construção de um socialismo mundial. Seu vasto império sobreviveu graças à Revolução Russa de 1917.

Na Europa, grande parte do território estava, a partir de 1945, sob a influência soviética. Do rio Elba na Alemanha até o mar Adriático, Península Balcânica, parte da Turquia, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Romênia, Bulgária e Albânia estavam sob a influência socialista. No extremo oriente a China, parte da Coreia, Vietnã, Laos e Camboja estiveram sob influência do comunismo de Moscou.

No ocidente Cuba e parte da África constituíam territórios sob a **hegemonia** soviética.

Enfim, a população mundial comunista era um terço do total global. Na ideologia soviética, estes eram os países de **socialismo realmente existente**. Segundo Eric Hobsbawm neste subuniverso socialista, formou-se uma atmosfera auto-suficiente econômica e politicamente independente do mundo capitalista. A escassa relação entre os países dos dois blocos (capitalistas e socialistas) acarretou um comércio sem muitas exportações, e pouco movimento de pessoas de países capitalistas para os países comunistas considerados do 2º mundo.

A compreensão do conceito de hegemonia inclui a construção de um sistema global onde uma potência consegue manter a ordem mundial a partir de uma política externa unilateral baseada na força militar e econômica. Evidentemente, esse sistema, no mundo contemporâneo, tornou-se inviável, sobretudo por conta das organizações internacionais, da opinião pública mundial e da necessidade de manutenção do fluxo econômico-comercial. Ainda que os EUA, disponham de poderio militar para impor sanções econômicas e interferir na política interna dos países, esse país não pode prescindir do apoio internacional, seja da ONU, União Européia, entre outros. Entretanto, durante a Guerra Fria a União Soviética, ao menos entre os países comunistas, dispunha de plena hegemonia na medida em que eles dependiam da “proteção” militar e dos investimentos soviéticos.

Para Hobsbawm (1995) estas relações deram-se porque “os sistemas políticos do mundo socialista, essencialmente modelados no sistema soviético, não tinham equivalente real em outras partes.” (p.365.) A intenção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) era derrubar o sistema capitalista com uma Revolução Mundial. No entanto, o mundo capitalista inverteu esta tentativa isolando o bloco socialista e eliminando-o na década de 1990.



De fato, é possível afirmar que essa disputa política dominou todo o período imediatamente posterior a II Guerra Mundial. A polarização entre duas superpotências – EUA X URSS – manteve, de certa forma, um período onde a diplomacia e a política exterior evitaram guerras nucleares.

Com a abertura comercial nas décadas de 1970 e 1980, em plena Guerra Fria, iniciou-se o começo do fim do socialismo. As fragilidades econômicas deste bloco, não poderiam mais se opor ao mundo integralmente liderado pelo capitalismo.

Para os comunistas, transformar as sociedades atrasadas em modernas sociedades tecnológicas e culturalmente mais avançadas era uma das principais reestruturações. Lenin em 1921, sob a Nova Política Econômica, re-introduziu a necessidade de industrializar maciçamente, e fazê-lo por planejamento do governo, embora a nova política, desmantelasse o comunismo de Guerra.

Na década de 1920 a Rússia sobreviveu à Guerra Civil em ruínas, sem quadros qualificados para a organização do Estado e com uma economia baseada no mercado camponês. Para Hobsbawm (1998), Lenin, o comandante desta operação, era um autocrata de ferocidade, crueldade e falta de escrúpulos que empreendeu sua força imposta ao povo exatamente pelo “sangue, esforço, lágrimas e suor”. Seu objetivo era criar indústrias nos setores básicos como produção de energia: carvão, ferro, aço, eletricidade, petróleo, tal lógica era aceita pela imensa riqueza de matérias-primas no solo russo.

É possível identificarmos seis questões relacionadas a reorganização do poder internacional com o pós-II Guerra Mundial, observe no quadro a seguir:

- 1- A Europa, antes dominada por potências locais, é dividida em áreas de influência norte-americana e soviética;
- 2- As colônias do além-mar iniciaram um conflituoso processo de independência política;
- 3- Teve início uma política de tolerância recíproca entre as duas potências que despontaram com o fim da II Guerra Mundial, EUA e URSS;
- 4- Os países ocidentais, capitaneados pelos EUA, lideraram a formação de mecanismos e instituições internacionais que passaram a reger a ordem global;
- 5- Com as zonas de influência divididas entre o mundo capitalista e o mundo socialista, tanto as antigas colônias como os estados europeus passaram a cobrar investimentos para manter as alianças com Washington e com Moscou;
- 6- A Alemanha foi dividida tendo a construção de um muro que atravessava a cidade de Berlim, sendo que no lado oeste da cidade era área de influência capitalista e na área leste de dominação socialista.

Certamente uma das questões que mais evidenciou o conflito irreconciliável entre os EUA e a URSS foi o caso da divisão da Alemanha. Desgastada economicamente e tendo sua infraestrutura drasticamente destruída durante a II Guerra, o processo de reconstrução da Alemanha demandou diversos acordos políticos entre as duas grandes potências mundiais.

Os EUA pretendiam manter um vasto contingente militar na Europa para conter o avanço comunista. Além disso, o Plano Marshall – de recuperação econômica da Europa – e a criação da OTAN – Organização Militar do Atlântico Norte – constituíram-se como as principais políticas dos EUA para o continente. Por sua vez, para a URSS, a aproximação dos EUA com os países europeus, sobretudo com a Alemanha, era uma clara demonstração intervencionista e imperialista do capitalismo ocidental. Nesse sentido, a URSS rejeita o **Plano Marshall** criando o COMECON, organismo de cooperação econômica entre os países sob a influência soviética. Por fim,

O **Plano Marshall** foi uma política norte-americana que visava a recuperação econômica da Europa e a contenção da expansão comunista naquele continente. Essa medida anti-comunista foi anunciada em 5 de junho, em *Harvard* e recebeu esse nome devido ao criador, o General George Catlett Marshall, secretário-de-estado do governo do Presidente dos EUA Harry Truman.

Com o final da II Guerra Mundial áreas de influência foram criadas em torno de dois pólos: União Soviética que liderava o bloco comunista e os Estados Unidos que lideravam o bloco capitalista. O **Pacto de Varsóvia** foi uma aliança militar criada em 1955 pelos países socialistas do Leste Europeu e sob a hegemonia da União Soviética. Como o acordo foi assinado na capital polonesa, Varsóvia ele recebeu essa designação. No tratado ficou estabelecido um comprometimento entre os países comunistas de ajuda mútua no caso de agressão militar a um dos países membros.

o **Pacto de Varsóvia** dividiu a capital da Alemanha em quatro zonas de ocupação, sendo que a área leste da cidade teve o acesso bloqueado pelas tropas soviéticas.

Finalmente, observe que a bipolaridade instituída no final da II Guerra Mundial, entre as duas superpotências vitoriosas, definia-se partir de quatro características:

- Políticas econômicas internas e política comercial radicalmente opostas;
- Organização político-ideológica incompatíveis;
- Objetivos militares de contenção recíproca e manutenção das áreas de influência;
- Corrida armamentista e demonstração do poder bélico como representação de superioridade militar.

Contudo, a política de proliferação das armas, sobretudo estimulada durante o Governo do Presidente Ronald Reagan, levou a URSS a uma gradual derrocada. Além dos altos investimentos em tecnologia militar, a URSS passou a não dispor mais de apoio popular que desse suporte ao sistema comunista soviético. Com isso, a falência do regime parecia inevitável, posto que a pressão de liberalização da economia mundial era constantemente estimulada pelos EUA.

Nesse período de transição, entre o final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, teve início um processo de reorganização das forças políticas internacionais. O único estado restante que teria sido reconhecido como grande potência com o fim da bipolaridade eram os EUA. O que isso significava na prática era bastante obscuro. A Rússia fora reduzida ao tamanho que tinha no século XII. A Grã-Bretanha e a França gozavam apenas de um status puramente regional, o que não era ocultado pela posse de armas nucleares. A Alemanha e o Japão eram sem dúvida grandes potências econômicas, mas nenhum dos dois sentira a necessidade de apoiar seus enormes recursos econômicos com força militar, na forma tradicional.

Segundo Eric Hobsbawm, o breve século XX fora de guerras mundiais, quentes ou frias, feitas por grandes potências e seus aliados em cenários de destruição de massa cada vez mais apocalípticos, culminando no holocausto nuclear das



superpotências, felizmente evitado. Todavia, as guerras locais culminaram em várias partes do globo, Argentina-Inglaterra em 1982, Irã- Iraque entre os anos de 1980 e 1988, além de confrontos bélicos, civis e internos. Nesse sentido, tanto durante o período de transição com o final da Guerra Fria, como antes, o perigo de guerra global não havia desaparecido, apenas havia mudado suas circunstâncias.

Esta inovação foi a democratização ou privatização dos meios de destruição, que transformou a perspectiva de violência e depredação em qualquer parte do globo por meio do terrorismo. Várias situações lançaram luz sobre o que parecia que iria tornar-se talvez, a maior causa de tensão internacional no novo milênio, ou seja, a que surgia do fosso em rápido alargamento entre o mundo capitalista desenvolvido e as partes pobres do globo.

O final do século XX acabou em uma desordem mundial, pois não estava claro qual seria o movimento de recomposição do poder internacional ou quais atores despontariam como lideranças incontestáveis.

Além disso, outros problemas surgiram como a explosão demográfica, a destruição ambiental, as epidemias mundiais, a pauperização ainda mais cruel dos países do hemisfério sul, a **xenofobia** contra os estrangeiros do terceiro mundo que invadiram os países ricos, as guerras religiosas.



Uma economia mundial que mantivesse os índices de crescimento da segunda metade do século XX, ampliando as desigualdades, teria, inevitavelmente, problemas futuros. O maior problema do final do século, não era encontrar mecanismos de liberalização dos mercados e consequentemente ampliação do volume comercial global, mas o grande desafio político mundial era, certamente, como distribuir a riqueza gerada globalmente.

Para relembrar este tema leia novamente a Unidade 3 da disciplina de Política Internacional.

Fin de siècle: da dispersão total à Aldeia Global

Com o desmoronamento do mundo socialista, colocando fim a bipolarização, a circunstância que emergiu tornou os EUA o principal ator internacional. Contudo, essa singularidade em que não se constituiu um pólo de oposição à liderança norte-americana, está longe de redundar em uma acomodação

incontestável diante da unilateralidade das decisões tomadas pelos EUA.



A pretensão de “império” dos EUA, ainda que este país disponha de força militar suficientemente capaz de destruir o mundo, não o torna inatingível às críticas da opinião pública internacional ou mesmo o leva a desconsiderar tanto a União Européia como outros organismos internacionais.

Tanto a integração do globo através dos veículos de comunicação como a ampliação do comércio em escala jamais vista, tornaram-se elementos fundamentais no processo de cooperação e rivalidade econômica. Com isso os EUA estão distantes de conquistarem uma hegemonia global, sem que para isso precisem dispor de uma política beligerante.

A globalização, fenômeno da segunda metade do século XX, além de acarretar um processo de diluição das fronteiras comerciais, vem provocando inúmeros impactos desde a composição de forças regionais por intermédio de tratados econômicos, até ao recrudescimento de políticas protecionistas.



A globalização, que, segundo alguns estudiosos pode ser considerada “ocidentalização” ou “transnacionalização”, está refazendo as noções de Estado Nacional, de fronteiras, de identidades e reorganizando o processo de produção capitalista. O aumento dos fluxos de investimentos, o capital especulativo, a difusão de tecnologias e informações, a comercialização em escala global são algumas das características do mundo contemporâneo pós-Guerra Fria “globalizado”.

Seção 3 - A formação dos blocos econômicos regionais: a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Européia (UE)

Com o fim da bipolaridade que marcou a segunda metade do século XX, no início da década de 1990, foi forjada a expectativa de formação e consolidação de blocos comerciais.

Nesse período, ficou evidente o domínio das intenções e dos interesses econômicos sobre as relações internacionais. Em decorrência dessas transformações, os conflitos internacionais tenderiam a opor embates predominantemente comerciais. Em outras palavras, a formação de blocos econômicos ocorreu a partir do aumento da interdependência comercial, acompanhada de um aumento significativo do protecionismo interblocos.

Partindo dessa conjuntura, nesta seção você estudará a formação e discussão em torno de dois blocos comerciais no continente americano: a ALCA e o MERCOSUL.

A “inserção” do Brasil na América Latina do Século XIX

A discussão em torno de um acordo de cooperação econômica entre os países sul americanos têm suscitado inúmeros debates que envolvem: desde as assimetrias econômicas até as diferenças históricas entre os dois gigantes do subcontinente – Brasil e Argentina.

Nesse sentido, para que você compreenda os impasses quanto ao avanço do Mercosul – Mercado Comum do Sul – é necessário inicialmente pontuar a conflituosa relação do Brasil com os demais países hispano-americanos.

No século XIX, havia uma crença entre a intelectualidade brasileira de que o Brasil despontaria no futuro como uma grande potência. Essa presunção partia não somente da percepção da dimensão do território nacional, como também da condução da centralidade política. Desde aquele momento, o Brasil e a Argentina disputam o domínio político e econômico da região.



Durante o século XIX, diferente das outras nações hispânicas que se fragmentaram em repúblicas, o Brasil manteve a vasta extensão territorial tornando-se um **Império nos Trópicos**.

Evidentemente, se para os intelectuais brasileiros as “republiquetas” vizinhas estavam mergulhadas no caos e na dispersão social, os hispânicos, por sua vez, formavam imagens de que o Brasil representava a contra-revolução na América. Todavia, no final do século XIX, as relações comerciais com a Argentina aumentaram, sendo que o Brasil exportava erva-mate, café e tabaco, e deles comprava trigo, carne seca, milho e farinha de trigo.

Segundo Capelato (2000), a pauta de exportação da Argentina era bastante diversificada o que favorecia o superávit platino nesse comércio bilateral. Em contrapartida, no começo do século XX, as relações foram marcadas por conflitos na região do Rio da Prata. O Barão do Rio Branco, Ministro das Relações exteriores, entre os 1902 e 1912, incentivou a reestruturação econômica, e para a defesa nacional, maiores investimentos em armamentos.



Figura 4.2: O Barão do Rio Branco, Ministro das Relações exteriores, entre os 1902 e 1912.

A Argentina opôs-se incisivamente ao programa de reaparelhamento militar brasileiro e, a partir de pressões diplomáticas, procurou impor tratados de limitação à expansão do armamento naval, o que foi rechaçado por Rio Branco, favorável à reestruturação dessa força.

Brasil e América Hispânica no século XX: uma aproximação cautelosa

A política do pan-americanismo, iniciada no final do século XIX para incentivar a integração dos países americanos sob a hegemonia do EUA, foi discutida em várias obras publicadas desde esse período até a década de 20.

É comum encontrar na produção da intelectualidade brasileira uma visão negativa sobre as nações hispânicas, contrastando com uma visão positiva sobre o Brasil. Oliveira Lima (CAPELATO, 2000), por exemplo, em sua coletânea entre os anos de 1930 e 1937, desmistificou a **Doutrina Monroe** e denunciou o imperialismo norte-americano em relação à América Latina. Para o autor, a América Hispânica era formada por “repúblicas doentes”, “guerras civis”, “desordem” e “caudilhismo”.



Entretanto, a única possibilidade de conter o avanço norte-americano na região seria a coalizão de forças até então divergentes. Assim, uma aproximação do Brasil com Argentina seria estratégica na medida em que se fortaleceria um bloco político de resistência às investidas intervencionistas dos EUA para a América Latina. Por sua vez, na década de 1930, diante da conjuntura econômica de grande recessão, Getúlio Vargas se aproximou da América Latina.

Em síntese, a Doutrina Monroe visava “proteger” o continente americano das investidas ou pretensões imperialistas dos Estados Nacionais Europeus. Essa política externa norte-americana foi lançada em 1823 e pretendia garantir a influência dos Estados Unidos na região.

Essa aproximação do Brasil, com países da América Latina, era ainda decorrente da reação à política norte-americana do *big-stick*, que resultou em propostas de unidade latino-americana.

Contudo, as **transformações internas** e da política externa do Brasil e da Argentina na década de 1930, passou a se entremear com a rivalidade entre a Grã-Bretanha, a Alemanha e os Estados Unidos na disputa pelos mercados desses dois países.

Enquanto a oligarquia agro-exportadora da Argentina estreitou seus laços de dependência econômica em relação à Inglaterra, o Brasil, por sua vez, no governo de Vargas, manteve uma política dúbia entre o estreitamento comercial e político com a Alemanha ora com os EUA. Em meados dos anos de 1940, Juan Perón, Presidente da Argentina, defendia uma terceira posição, nem comunismo nem capitalismo, o que significava, no plano internacional, o não-alinhamento na Guerra Fria e a equidistância entre EUA e URSS.

No **Brasil**, o Presidente Eurico Gaspar Dutra, ao contrário, **integrou-se na política norte-americana**, chegando a romper as relações diplomáticas com a URSS. A política desenvolvimentista das décadas de 1950 e 1960 reaproximou o Brasil da Argentina.



Figura 4.3: Construção de Brasília.

Fonte: www.arteculturanews.com/images/brasiliav6.jpg



Essa nova fase de diálogo político teve início no governo de Juscelino Kubitschek. O entusiasmo desenvolvimentista possibilitou a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID - e da Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC.

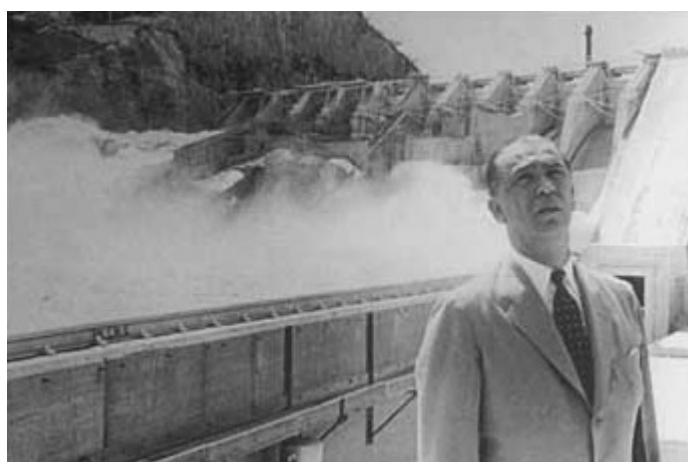


Figura 4.4: JK na Hidrelétrica de Furnas em 1960.

Fonte: www.memorialjk.com.br/

A política externa do governo do Presidente Ernesto Geisel (1974-1979) teve como objetivo a **diversificação tanto dos fluxos comerciais, quanto das origens dos investimentos estrangeiros e captação de recursos financeiros no exterior**, além da

redefinição das relações externas mais voltadas para o Terceiro Mundo: América Latina, África.

No final dos anos 70, Brasil, Argentina e Paraguai assinaram o Acordo Tripartite, superando divergências sobre o Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Paraná. (1979).



Em 1980, o novo governante brasileiro, João Baptista Figueiredo, visitou a Argentina e assinou com o general Galtieri, vários protocolos de cooperação. Com a abertura democrática a partir de meados dos anos 80, foi possível estabelecer uma nova agenda de cooperação internacional/regional com os países latino-americanos. Em 1986, foi assinado entre os Presidentes José Sarney, do Brasil e Carlos Alfonsín, da Argentina o PICAB – Programa de Integração Comercial Argentina Brasil.

As primeiras negociações em torno da formação do Mercado Comum do Sul – Mercosul

Com o Tratado de Assunção, firmado em 1991, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai teve início o longo processo de integração entre esses países, dispendo as diretrizes básicas do Mercosul que deveriam vigorar a partir de janeiro de 1995. De certa forma, é possível afirmar que o Mercosul foi uma resposta à iniciativa norte-americana de formação de uma Área de Livre Comércio da Américas.

Com a consolidação do bloco, as negociações em relação à área hemisférica que pretendia envolver os 34 países do Continente Americano, poderia resultar em algum equilíbrio entre os países.

Em síntese a proposta do Mercosul era:

- Criação de uma área de livre-comércio;
- A constituição de um mercado comum, com tarifa externa comum – TEC;
- Atuação conjunta de seus membros em negociações externas.





Você sabia?

Desde então, o Brasil foi o único país da América Latina que resistiu a todas as iniciativas dos EUA para a região, mantendo os mesmos objetivos estabelecidos no acordo em 1990.

A diplomacia brasileira diante da pressão norte-americana objetivava as seguintes políticas:

- Evitar a defecção da Argentina;
- Tentar alterar a natureza unilateral da proposta norte-americana;
- Impedir que o bloco sub-regional pudesse vir a ser diluído caso a área de livre-comércio hemisférica fosse de modo efetivo deslanchada.

Depois da assinatura da Ata de Buenos Aires, o discurso argentino referia-se a **unidade continental**, entendendo o Mercosul como um primeiro passo na integração. Para a economia brasileira a união das tarifas externas (aduanas) fortaleceria o Brasil nas negociações hemisféricas, e possibilitaria uma inserção no plano global.



Você sabia?

A resistência brasileira à ALCA era fragilizada não somente pela dependência do país de capital externo, como também em relação à coordenação política do bloco Mercosul. Devido a estrutura diversificada do Brasil quanto a sua pauta de exportação, não interessaria ao país vincular-se a um único parceiro ou bloco de livre comércio.

Em dezembro de 1992, o Brasil anunciou o lançamento da **Iniciativa Amazônica**, que visava a negociação de acordos de complementação econômica com os países-membros do **Tratado de Cooperação Amazônica** (TCA) composto pela Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Peru, Suriname, Guiana.

Por sua vez, em 1994, por iniciativa do governo brasileiro, foi lançada a Área de Livre Comércio Sul Americana (ALCSA).

Em suma você pode observar que essa foi uma proposta de complementação ao Mercosul, na medida em que a área poderia servir como um instrumento de convergência negociada entre os países do hemisfério.

Os objetivos da ALCSA são cinco:

1. Promover o desenvolvimento econômico e social acelerando a liberalização comercial entre os países da América do Sul;
2. Estreitar as relações entre o Grupo Andino e o Mercosul, aumentar a participação do Chile no processo de integração sul-americana e encorajar relações mais estreitas entre o Mercosul e outros países sul-americanos;
3. Fortalecer a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) como fórum para negociação da liberalização do comércio regional;
4. Encorajar a expansão do comércio dentro da região sul-americana que já representa um mercado significativo para os países do Mercosul, especialmente o Brasil;
5. Fortalecer o processo de integração sul-americana e criar condições que facilitem a participação dos países da América do Sul em um sistema multilateral de comércio.

Embora o acordo Área de Livre Comércio da América do Sul, (ALCSA) não tenha avançado sob o formato proposto, a estratégia regionalista brasileira na América do Sul seria fortalecida com o interesse da Bolívia e, em especial, do Chile em se associarem ao Mercosul.

A Argentina manteve, nesses primeiros anos de negociação, uma preferência por uma integração de alcance mais limitado, posto que pretendia integrar-se a Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA).

Em 1994, o Brasil aceitou com relutância a proposta norte-americana de iniciar as negociações para a criação da ALCA, com base na avaliação de que caso optasse por obstruir o processo, encontrar-se-ia em posição isolada no continente.

Existem diversos fatores que limitam a consolidação do Mercosul, entre os quais:

- O Mercosul manteve uma agenda essencialmente comercial;
- Falta de vontade política;
- Pouca participação institucionalizada;
- Déficit no comércio internacional;
- Distância entre as políticas econômicas do Brasil e Argentina;
- Lento desenvolvimento do processo formal de construção de uma unidade econômica;
- Debilidade de coordenação e harmonização das políticas macroeconômicas;
- Imperfeição de união aduaneira;
- Ausência de benefícios aos dois menores países;
- Falta de uma agenda de integração.

Contudo, há alguns resultados em relação aos objetivos concretizados do Mercosul, entre os quais:

- Criação de um novo subsistema internacional;
- Criação de uma interdependência histórica entre Argentina e Brasil;
- Transformação de uma economia de pouco intercâmbio intra-regional próximo aos US \$ 2 bilhões em 1991 em um comércio interno próximo aos US \$ 20 bilhões em 2000;
- Intensificação entre diferentes setores sociais dos países membros.

Para o Brasil, as perspectivas de aprofundamento da integração sub-regional permaneceram limitadas pela posição brasileira radicalmente contrária a toda e qualquer iniciativa com a finalidade de conferir alguma autoridade supranacional ao bloco. Nesse sentido, as propostas defendidas pelo Brasil para o aprofundamento do Mercosul são:

- Abertura gradual e negociada da economia;
- Enfrentar os desafios econômicos e políticos das estratégias hegemônicas norte-americanas na América Latina;
- Alcançar o reconhecimento internacional como potência média.

Evidentemente, a política externa brasileira em relação ao Mercosul está diretamente relacionada às proposições do EUA para o Continente Americano. Em suma, é possível afirmar que entre os objetivos norte-americanos para a América Latina está a consolidação da influência daquele país na região e a efetivação das políticas de abertura de mercados.

Além disso, se o Mercosul nesses mais de 10 anos conquistou benefícios comerciais para os países integrantes, com a ALCA, tanto os investimentos estrangeiros como a competitividade no comércio global ficariam drasticamente reduzidos.

A ALCA e o desafio do Brasil

Em 10 de dezembro de 1994, foi lançado na Flórida – EUA- o projeto de integração do Continente Americano. Nessa primeira negociação foi acordado que a conclusão da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas - teria o prazo de 2005 para a efetivação das propostas. Entre os tópicos firmados para a execução do acordo estavam:

- Abertura dos mercados – agrícolas, serviços e compras governamentais;
- Investimentos;
- Soluções de disputas comerciais – como subsídios agrícolas.

A partir de 1998, os trabalhos para integração hemisférica foram coordenados por ministros da área do comércio exterior dos 34 países do continente. Além de grupos criados para a discussão específica sobre compras governamentais e solução de controvérsias, também foi criado um grupo consultivo sobre economias menores e participação da sociedade civil.



Você sabia?

Em 2002 os 34 países elegeram o Brasil e os Estados Unidos como co-presidentes das negociações, visto que são os dois Estados mais representativos do continente tanto em termos de mercado como em dimensão econômica e populacional.

Evidentemente, sendo a maior potência econômica do sul, o Brasil desempenhou ativamente sua influência nos trabalhos, sobretudo porque o continente representa o destino de mais de 55% da exportação brasileira. Além disso, com olhos no vasto mercado norte-americano, a posição brasileira quanto a abertura irrestrita dos mercados, objetiva a ampliação do comércio com países que tradicionalmente o Brasil mantém poucas relações comerciais.

Claro está, que a assimetria econômica entre os 34 países do continente tem apresentado a maior dificuldade de efetivação de um acordo. No Continente Americano encontra-se a maior economia do mundo – os EUA – como também países extremamente pobres como o Haiti e a Bolívia.

Nesse sentido, a posição do Brasil ancora-se em três compromissos:

- Eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias (fito-sanitárias, por exemplo como o embargo da carne brasileira em 2005);
- Disciplina em relação aos subsídios agrícolas;
- Transparência nas regras de compensação comercial e protecionista (especialmente pelos EUA).

As constantes crises econômicas e políticas que passam os países do Continente, além das diferenças de produção industrial e agrícola, ocasionam ainda maiores obstáculos para a efetivação da área de livre comércio. Segundo Rubens Barbosa, em suma, o que está se negociando com a ALCA é um acordo exclusivamente de transações comerciais que incluirá um conjunto de regras que regulam as trocas comerciais entre os 34 países do continente. (BARBOSA: 2004, p. 54)

Além disso, o acordo estabeleceria também uma listagem de produtos e todo um universo tarifário que seria gradualmente liberalizado através de uma política de desgravação, ou seja de diminuição de tarifas alfandegárias.

Para o Brasil, além das **dificuldades apresentadas pelos EUA**, o país procura manter um canal aberto de negociações, desde que, sejam respeitadas a soberania e auto-determinação na condução da política econômica interna.

Sobretudo em relação a resistência norte-americana quanto aos subsídios agrícolas.

O gigantismo da economia brasileira para a América Latina, possibilita ao país, de fato, a manter-se de forma reticente e soberana ante as investidas norte-americanas de liberação comercial unilateral. Logo após a reunião ministerial em Quito – Equador – as negociações sofreram significativas alterações de condução.



O desequilíbrio econômico entre os países e a influência norte-americana na região, tornaram o fator principal das dificuldades de implementação da ALCA na medida em que os EUA ofereceram acordos bilaterais ou isolados, fragilizando blocos já existentes como o Mercosul.

Mas, o tópico de maior divergência diz respeito ao protecionismo norte-americano em relação à produção e ao mercado agrícola.

Para os **países do Continente**, o acesso irrestrito ao mercado norte-americano poderia representar um aumento significativo no volume de exportações. Todavia, os Estados Unidos passaram a defender que esse tópico deveria ser negociado multilateralmente na Organização Mundial do Comércio – OMC.

A maioria desses países tem ainda uma economia de base agro-exportadora.

Esse desequilíbrio gerado com a posição norte-americana **extremamente protecionista**, fez com que o governo brasileiro procurasse novas estratégias de negociação. Claro que as diferenças regionais deveriam, se levadas em consideração, respeitar as sensibilidades nacionais e os distintos graus de desenvolvimento econômico.

Os EUA manteriam o subsídio à produção agrícola e a tarifação para alguns produtos agrícolas.

Na Conferência Ministerial de Miami em novembro de 2003, foi reafirmado o compromisso que permitiria, em tese, um

Foi na Conferência Ministerial de Miami em 2003 que Brasil e Estados Unidos assumiram a co-presidência das negociações da ALCA tendo como responsabilidade conduzir o processo em sua etapa conclusiva. Foi em setembro de 2003, durante a Reunião Ministerial, que o MERCOSUL conseguiu convencer os Estados Unidos a aceitar um modelo menos abrangente da ALCA. A aceitação por parte dos Estados Unidos ocorreu pelo temor do abandono do Mercosul da ALCA, o que levou a um processo de convencimento dos demais países a aceitarem, embora a contragosto, o novo formato.

acordo reequilibrando os direitos e as obrigações dos 34 países do Continente Americano.

As dificuldades de um acordo que contemplasse as expectativas de ampliação comercial dos países em desenvolvimento da América do Sul, de certa forma, foram frustradas quando os Estados Unidos assinaram tratados de livre comércio com a Austrália e a América Central. Essa política demonstrava a divergência norte-americana e sua pouca disposição no tocante à abertura rápida do seu mercado.



Em 2004, os Estados Unidos deixaram claro que o acesso ao mercado não seria total, especialmente em agricultura.

Para Washington havia a necessidade de aplicar quotas aos principais produtos de interesse do Mercosul, o que significava na prática a limitação do volume comercial exportável para os Estados Unidos. Tanto açúcar, cítricos, têxteis e aço são produtos considerados sensíveis a setores da economia norte-americana, portanto sem qualquer possibilidade de acesso comercial.



Você sabia?

Claramente os Estados Unidos procuram enfraquecer a influência brasileira na região, estabelecendo acordos tanto com os países centro americanos (CAFTA) como também tem iniciado negociações com os países que integram a Comunidade Andina das Nações (CAN- Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

Finalmente, a diplomacia brasileira, vem mantendo o canal de diálogo aberto posto que, a ruptura nas negociações provocariam certamente retaliações comerciais e políticas dos EUA.

Nesse sentido, os dois gigantes do Continente, diversamente, têm procurado, por meio da persuasão, constituir uma área de livre comércio proveitosa para seus interesses nacionais. Todavia, a ALCA não pode deixar de provocar dúvidas quanto à gerência norte-americana no continente, sua ampliação danosa com risco de penalizar os países mais pobres.



Síntese

Nessa Unidade você estudou o século XX. Você pôde observar que o século foi marcado pelo massacre de milhões de pessoas em duas grandes guerras mundiais. A I Guerra Mundial desestruturou os grandes impérios que foram formados ao longo do século XIX.

Possivelmente o principal motivo para a eclosão desse confronto mundial foi justamente a competição expansionista dos Estados Nacionais Europeus. Por sua vez, a II Guerra Mundial coincidiu com a emergência de uma das experiências políticas mais cruéis da história da humanidade – o nazifascismo.

Este período que compreendeu os anos de 1914 a 1945, foi considerado por Hobsbawm como a Era dos Extremos. Você também estudou a formação do mundo socialista em franca oposição ao sistema capitalista liberal. Partindo dessa bipolaridade você pôde verificar como ocorreu, a partir da segunda metade do século XX, o fenômeno da Guerra Fria.

Com o final da bipolaridade mundial no início da década de 1990, formou-se então dois blocos regionais no continente americano: a ALCA e o Mercosul.



Atividades de auto-avaliação

1 - Enumere 4 características que marcaram o século XX.

2 - Identifique duas características da ALCA e do Mercosul.



Saiba mais

BEDIN, Gilmar Antonio; OLIVEIRA, Odete Maria de. et alli. **Paradigmas das relações internacionais**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2004.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX - 1914 - 1991. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1995.

Filmografia: A QUEDA: As últimas horas de Hitler .

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL : Auschwitz

0 Brasil e as Relações Internacionais mundiais



Objetivos de aprendizagem

- Compreender a realidade da política externa brasileira na sociedade internacional.
- Estudar a inserção econômica e política do Brasil no mundo globalizado.
- Verificar os dilemas da agenda da Política Externa Brasileira.



Seções de estudo

- Seção 1** A Política Externa Brasileira: a redemocratização do Brasil e as possibilidades de integração regional.
- Seção 2** Os impasses da agenda internacional e a Diplomacia brasileira.
- Seção 3** A União Européia: um novo ator global.



Para início de estudo

Observando a história das relações internacionais mundiais, verifica-se que em países economicamente mais avançados, muitas vezes, a política externa baseou-se em questões como: zelar pela paz ou preparar-se para a guerra; compor ou desfazer alianças; construir a potência e o prestígio internacional; difundir ideologias e valores. Atualmente, estas questões ainda persistem como motivos e meios de estabelecer as relações com outros Estados.

Países menos desenvolvidos, por outro lado, sempre se engajaram em pontos como o ritmo de seus desenvolvimentos e oportunidades de melhoria de suas condições sociais.

É neste contexto que será discutida, nesta Unidade, a situação do Brasil, a fim de compreender a realidade das decisões de Política Externa do país, bem como sua inserção política e econômica no cenário internacional.

A característica interna de um país está vinculada diretamente às suas atitudes externas. O Brasil, como um país emergente, preocupou-se em crescer e se desenvolver, principalmente nos quesitos econômicos e sociais. Por isso, esta Unidade, fará uma abordagem relativa à situação do Brasil frente às relações internacionais, como um reflexo de suas decisões internas, em um mundo tomado pelos efeitos da **Globalização** e da **Regionalização**.

Seção 1 – A Política Externa Brasileira: a redemocratização do Brasil e as possibilidades de integração regional

“...o mundo atualmente é modelado pelas forças centrípetas da globalização e as centrífugas da fragmentação.”

Celso Lafer

Democracia, Política Externa e Política Internacional



A **democracia** pressupõe a **participação do povo** na tomada de decisões políticas. É um sistema de governo que se opõe a outras formas de governo, como por exemplo o totalitarismo, em que o poder decisório da política é centrado em poucas pessoas.

A forma de **democracia** comumente utilizada é a **representativa**, em que o povo expressa sua vontade, elegendo seus representantes, ou tomadores de decisões políticas, diretamente.

Com isso, é importante compreender nos estudos relativos às relações internacionais, o grande destaque dado à **democracia** dos países, em um **cenário internacional anárquico**.



Como você pôde verificar nesta disciplina, a teoria realista, mesmo perdendo relativa importância diante dos demais paradigmas, ressalta que o **uso da violência e da força é ainda a manifestação mais atual da conformação de poder no mundo**.

Autores realistas contemporâneos como Hans J. Morgenthau (2003, p. 17), afirmam que “a política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder”. Portanto, o poder para os realistas acaba sendo o fator determinante da natureza e do jogo político entre as nações.

— *Você acredita que a luta pelo poder puro e simples não levaria ao caos total da sociedade internacional?*

Muitas são as teorias que tentam explicar o poder e conformação do mesmo nas relações internacionais. Inúmeros são os fatores que intervêm na realidade global, e há necessidade de verificar que o poder não é sinônimo de **violência**.

Um dos tipos de violência, e o que diretamente interessa neste estudo, é a **violência política**, que envolve principalmente questões relativas a assassinatos e atentados, com a influência direta de governos e governantes como também de grupos organizados da sociedade civil.

Violência, em sentido amplo, é qualquer comportamento ou conjunto de comportamentos que visem causar dano a outra pessoa, ser vivo ou objeto. Nega-se autonomia, integridade física ou psicológica e mesmo a vida de outro. É o uso excessivo de força, além do necessário ou esperado. O termo deriva do latim *violentia* (que por sua vez deriva de *vis*, força, vigor); aplicação de força, vigor, contra qualquer coisa ou ente. (Wikipedia, <http://pt.wikipedia.org/wiki/Viol%C3%Aancia>, acessado em 10 de dezembro de 2005.)



Como exemplo temos os grupos terroristas que demonstram de forma explícita a violência política. Estes grupos terroristas, entretanto, não necessariamente possuem poder; buscam o poder através do uso da violência.

A relevância, portanto, de se compreender a violência e sua co-relação com o poder é que **em situação de democracia, o Estado possui maior estabilidade e conseqüentemente menor propensão à violência**. Mesmo sendo o Estado considerado por alguns estudiosos como o mantenedor do monopólio do uso da força e da violência, entende-se que um **Estado Democrático deve exercer uma função reguladora** – o que ocorre através das próprias leis.



O limite da violência em um Estado Democrático é feito através da legislação nacional.

Considera-se, conforme Hannah Arendt (2005), que o **poder** não está vinculado diretamente à violência, tendo este por base **a coletividade, o agir em conjunto**. Hans J. Morgenthau (2003), por sua vez, afirma que o poder é individual estando o mesmo concentrado num Estado ou, quando há equilíbrio, em mais de um.

— *Sendo assim, ao observar os pressupostos democráticos, e a diferença entre poder e violência, na sua opinião qual seria a legitimidade do poder na sociedade internacional? O uso do poder é ou não condição para que as nações cooperem entre si?*

A violência é prática comum no mundo, mas não legítima. O poder é legítimo. Assim, na atual conjuntura internacional caracterizada pelo unilateralismo, verifica-se que a democracia em âmbito internacional está longe de ser alcançada.



Mas se o poder é legítimo, porque muitas vezes é necessário o uso da violência para alcançá-lo?

Sem a efetivação da democracia é certo que não haverá cooperação internacional. A implementação e a evolução dos

modelos democráticos de Estado estabelecem o avanço no plano político internacional e o ordenamento da sociedade anárquica, observando diretamente as necessidades e os interesses de cada envolvido.



Sendo assim, com o avanço da democracia, diminuem os conflitos ideológicos que em função do poder, acabam legitimando a violência praticada no mundo.

Desta forma, estabelece-se a democracia como a busca pelos direitos e também pela viabilidade de condições para que os mesmos possam ser alçados (REMOND, 1976).

Da realidade econômica do militarismo brasileiro à redemocratização do Estado



Você saberia responder em que consiste a redemocratização? Aproveite as linhas abaixo e deixe registrada sua opinião antes de prosseguir com seu estudo.

— *Agora observe o que entende-se por redemocratização.*



Redemocratização é o processo pelo qual um Estado vive, após um período de regime governamental totalitário, como no caso do Brasil, que era uma República Democrática antes do golpe de 64 e viveu até meados da década de 80 o Regime Militar. A redemocratização surge após a queda dos militares do poder governamental e a sociedade acaba por se adequar novamente ao regime democrata.

Assim, após estudar o que vem a ser a democracia, a redemocratização aparece como aspecto primordial para a compreensão da realidade da política internacional. Entretanto, países democráticos, são, muitas vezes, uma condição de atendimento aos interesses dos países mais poderosos.

A democracia não existe sozinha, para que ela sobreviva no cenário internacional deve haver credibilidade fundamentada no grau de **estabilidade política e econômica** no mercado mundial.

Você pode observar que, na América Latina por exemplo, muitos Estados, considerados democráticos, ainda vinculam seus governos a poderes aristocráticos locais ou religiosos. Neste quadro, a desigualdade social é efetiva.

Com o Brasil, não foi diferente, por isso, para melhor compreensão do processo de redemocratização do Brasil, vale ressaltar os principais fatores que influenciaram o desenvolvimento do país, observando-se principalmente a situação econômica da nação em desenvolvimento e emergente.

O Brasil, desde sua independência foi governado por uma elite que tinha a **exportação** como o fundamento principal para o crescimento econômico do país e a importação era a única fonte de produtos industrializados. Estes dois fatores geraram o surgimento da industrialização brasileira, que por meados do século XIX era **pouco dinâmica**, possuindo uma fraca estrutura financeira não estimulando seu desenvolvimento.

Havia um pequeno mercado interno e um mercado de trabalho perturbado por causa do período da escravidão.

Até a década de 30, o país produzia somente o que o mercado externo demandava, causando assim um alto índice de importação de produtos que poderiam ser produzidos aqui a fim de sanar a demanda do mercado interno. Mesmo no auge de um período em que o crescimento da economia dependia de fatores internos, as **restrições externas** são os principais determinantes das linhas principais da política do período.



Logo após a Primeira Guerra Mundial e depois da crise de 1929, com o relativo abalo do modelo liberal, ocorreu o **advento da intervenção do Estado** na economia, na sociedade, no comércio e nas relações das sociedades. Com isso ocorreu a ascensão de muitos regimes totalitários pelo globo.

No Brasil como consequências desta crise, ocorreu a suspensão do crédito externo, houve uma queda do preço do café com a diminuição das exportações para os EUA.

**Você sabia?**

A prova real do intervencionismo estatal foi quando, com a intenção de manter os preços, o governo queimou milhões de sacas de café, demonstrando a ruína mundial e brasileira. O café representava aproximadamente 70% das exportações nacionais na época.

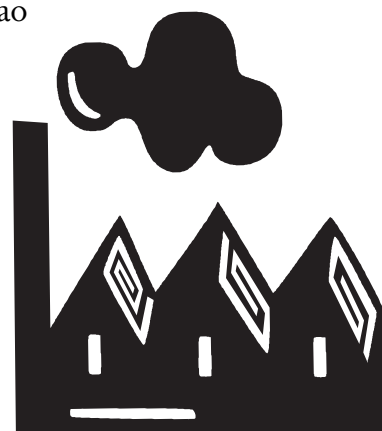
As indústrias também sofreram modificações, as grandes empresas tornaram-se mais fortes e conseqüentemente as pequenas e médias desapareceram do mercado. Houve desvalorização da moeda nacional e mercadorias manufaturadas estrangeiras começaram a invadir o mercado brasileiro, trazendo graves problemas.

Desta forma, medidas de apoio à indústria foram adotadas prevalecendo a política cambial como meio de proteger o mercado interno. Mais uma prova do intervencionismo do Estado foi o estabelecimento do monopólio cambial priorizando as necessidades de divisas para o pagamento da dívida externa e outras dívidas que o próprio governo possuía. O valor das exportações nesta época caiu para menos da metade do alcançado nos anos anteriores à crise internacional

Mas, no período que decorre a Segunda Guerra Mundial, o crescimento industrial foi escasso no Brasil devido as dificuldades de se importar bens de capital, matéria-prima e combustível. Com o término da guerra, o Brasil possuía grandes reservas cambiais que se esvaíram em pouco tempo, dando lugar ao controle de importações.

Contudo, no período entre 1946 até meados dos anos 60, o desenvolvimento brasileiro se deu pela associação com o capital estrangeiro e pelo aumento da força de trabalho.

Em 1957, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi implantada uma política protecionista visando estimular a industrialização do país. Até então, o câmbio era desvalorizado a fim de proteger o setor cafeeiro que era importantíssimo para a economia brasileira e dependia diretamente da demanda externa. O surgimento de um processo de substituição de importações



mudou a realidade econômica, juntamente com o processo de industrialização vindouro desde a década de 30.

Em 1963, surgem discussões políticas a cerca da realidade social brasileira, vinculada diretamente com vida econômica do país. Economistas afirmavam que o modelo econômico baseado na substituição de importação havia chegado ao fim. Consideravam que para não ocorrer a estagnação da economia era necessário que fossem realizadas reformas estruturais, como a ampliação do mercado consumidor interno através da redistribuição da renda para as camadas populares e implementação de uma reforma agrária.

Criação de amplo crédito ao consumidor que serviu para ampliar a demanda de bens duráveis, possibilitando a participação da classe média neste patamar de consumo.

Incentivando as exportações e os investimentos estrangeiros no país.

Com o golpe militar de 1964, as forças militares que assumiram o poder **através do uso da violência**, tinham como prioridade econômica o crescimento acelerado, baseado na concentração de rendas, que foi proporcionada fundamentalmente pela **redução do poder aquisitivo dos assalariados** e a **abertura da economia brasileira**, gerando o chamado milagre econômico, que durou de 1969 até 1973.

Apesar da modernização e do crescimento econômico acelerado, houve um grande endividamento externo, além disso, muitas camadas da população não se beneficiaram com o “milagre”. O modelo econômico adotado pelo governo do ano 1968, começava então a apresentar problemas.

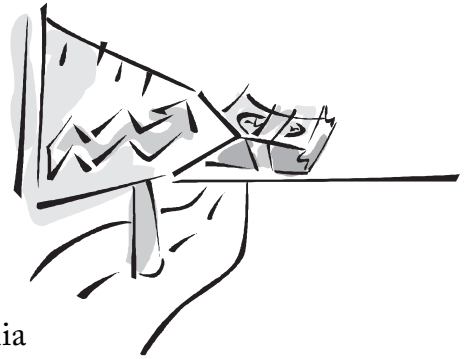
A ocupação de toda a capacidade ociosa o que gerou o pleno emprego, começou a produzir alguns desequilíbrios que acarretaram em pressões inflacionárias e problemas na balança comercial.



O plano de crescimento dependia cada vez mais das **condições do mercado externo**.

Com o choque do petróleo em 1973 (quadruplicação do preço do petróleo no mercado internacional pelos membros da OPEP), a situação estável e crescente do país começou a cair. Todo este contexto econômico se deu juntamente com crises políticas internas.

Nos anos 80, a taxa de inflação atingiu a casa dos 200%, a dívida pública interna e a dívida externa ultrapassaram índices nunca antes imaginados em conjunto com altas taxas de desemprego.



Assim, o **combate à inflação** foi a meta prioritária na Nova República, em conjunto com o processo de redemocratização do país. Sucessivos planos econômicos tentaram combater este mal da economia brasileira.

O processo de redemocratização brasileiro acabou marcado também por três aspectos econômicos:

- a **redução da inflação**, que começou em 1994 com a implantação do Plano Real;
- a **abertura ao mercado internacional**, iniciada com o governo Collor;
- e as **reformas de ordem econômica**, implementadas a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso.

A abertura do mercado nacional à competição internacional promoveu profundas modificações na estrutura produtiva do país, em relação a qualidade e aos preços dos produtos nacionais, que procuram acompanhar os padrões do mercado mundial.

Você pode perceber portanto, que o fim de muitos governos totalitários acabou marcando a década de 1990 em conjunto com o término da Guerra Fria, houve um processo de abertura econômica e implantação de planos econômicos em muitos países.



A **redemocratização** fez com que o povo retomasse sua participação na tomada de decisões, mas muitos problemas de ordem política interna surgiram, como a corrupção, a falta de ética e de moral de muitos políticos eleitos representantes populares.

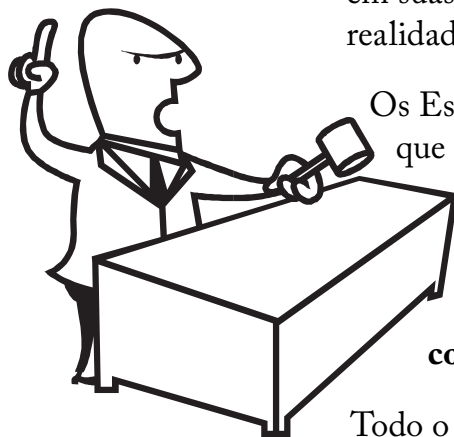
Na configuração atual de um cenário de economias abertas e liberais, o advento da **globalização** e da **mundialização do capital** faz com que o processo de redemocratização do Brasil, enfrente, além de problemas políticos internos, um cenário internacional extremamente competitivo, em que as

superpotências emergem, através da força e algumas vezes através da violência, como modelos de organização de Estado.

O Brasil e a integração regional

As questões de política externa foram, durante muito tempo, encaradas como secundárias, tanto no âmbito público quanto no privado. A partir do momento em que surgem preocupações concernentes à segurança e ao desenvolvimento, novas áreas de estudo surgem na busca de soluções de conflitos e de aprimoramento do crescimento nacional.

Com isso, não se pode mais deixar de lado a política, a economia, o comércio e o direito internacional que, como você já verificou em suas leituras e estudos, estão intrinsecamente ligados à realidade interna das Nações.



Os Estados estão sempre procurando praticar uma política que maximize as chances de alcançar a segurança e o desenvolvimento. No Brasil isso não é diferente. Mas, para que as tomadas de decisões sejam acertadas, deve-se considerar além do **contexto em que elas se inserem**, a **imprevisibilidade do acaso**, bem como o **comportamento pessoal dos tomadores de decisão**.

Todo o conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que vem acontecendo nas últimas décadas, causou no ponto central da mudança a integração dos mercados numa “aldeia global”, ou seja, a “Globalização”, explorada pelas corporações transnacionais. Os Estados **abandonam gradativamente as barreiras tarifárias** que existiam para proteger sua produção da concorrência dos produtos estrangeiros e abrem-se ao comércio e ao capital internacional.



Neste contexto, o Brasil, durante toda a sua história e mais enfaticamente durante o século passado iniciou **acordos regionais**, conforme você pode verificar em outras disciplinas, partindo do pressuposto da necessidade imposta pelo mercado como também influenciado por seus governantes, que ditavam as regras para a conformação de alianças com outras nações.

Talvez o mais importante acordo regional estabelecido pelo Brasil se deu com a criação do **Mercosul**. A integração econômica entre Brasil e Argentina a partir de 1986, resultou em 1991 no Tratado de Assunção que deu origem ao Mercado Comum do Sul - Mercosul.



Inicialmente era apenas uma zona de livre comércio que incluía também o Uruguai e o Paraguai (devendo-se ressaltar a inclusão de países associados: Bolívia e Chile). No final do ano de 2005, em reunião de cúpula realizada em Montevidéu, a Venezuela também aderiu ao Mercosul.

O Mercosul, a partir de 1994, transformou-se em uma união aduaneira com uma tarifa externa comum. Para que isso desse resultado, foi necessário a adoção de um esquema de desgravação linear e automática das tarifas aduaneiras entre os quatro países, a manutenção de um regime comum para o comércio extra-Mercosul, bem como o estabelecimento da Tarifa Externa Comum - TEC. As alíquotas da TEC foram fixadas entre 0% e 20%. Ao mesmo tempo foi lançada uma “lista de convergência”, que exclui alguns produtos da aplicação da TEC.

O Mercosul ganhou personalidade jurídica com o Protocolo de Ouro-Preto, assinado em 17 de dezembro de 1994. Isso facilitou a relação do bloco com outros blocos, Estados e organizações internacionais.

Houve um sucesso surpreendente com a criação desta integração regional, entre eles o aumento das exportações dos países membros intrabloco, o que gerou uma nova aceleração no ritmo do crescimento econômico, além de uma queda nas taxas de inflação.

Mas, muitos problemas também surgiram, principalmente no que diz respeito às diferenças de política econômica existentes em âmbito interno dos países membros.

A integração regional também é destacada pela veemente participação dos Estados Unidos na conformação de blocos e também com sua influência direta na economia e no comércio de muitos países latino-americanos. Exemplo disso foi durante a década de 80, em que o governo Americano empenhou-se em intensificar as relações econômicas e políticas com outros países,

visando uma hegemonia econômica norte-americana, difundindo o comércio internacional, além de querer assegurar fornecedores de matéria-prima para seus produtos.

Durante esta mesma década de 80, o Brasil ainda vivia sob regime militar, com o comércio internacional limitado e ainda sofrendo de graves problemas estruturais de ordem econômica e social. Os acordos realizados com o mercado americano durante esse período foram feitos sem planejamento e com base em decisões políticas de ordem conjuntural, ou seja, o Brasil acabava “apagando incêndios”: endividando-se e com total descontrole da inflação.



Ainda assim, os Estados Unidos ameaçavam com retaliações às escassas exportações brasileiras (aço, calçados, têxteis, açúcar, café, etc.), instalavam sindicâncias, ameaçavam dificultar as negociações da dívida junto às instituições oficiais, ofereciam barganhas, como por exemplo, favores comerciais em troca do mercado brasileiro da informática.

Mas, para obter um melhor posicionamento no mundo em sua atual configuração, é necessário que o Brasil se adapte às condições impostas pelo mercado mundial. Para tanto, alianças e acordos de integração vêm sendo desenvolvidos e aprimorados, além do Mercosul e do relacionamento com a potência americana, como a ALCA, o estreitamento do relacionamento com os países africanos e a relação comercial com a União Européia.

Seção 2 – Os impasses da agenda internacional e a Diplomacia brasileira

Sabendo que a formação territorial brasileira foi feita por diplomatas e por tratados, você pode observar que existe uma relevância da diplomacia no país. A busca de soluções pacíficas para as controvérsias, o respeito à independência dos Estados, a primazia do Direito e a não intervenção em assuntos de outros Estados sempre foram constantes nas diretrizes traçadas pelos diplomatas nacionais.



No maior país da América do Sul, a concepção de política externa é dominada pelo Ministério das Relações Exteriores. O ministro é o verdadeiro idealizador da ação internacional. Para referendar este fato, tem-se como exemplos o Barão do Rio Branco e Osvaldo Aranha, que foram importantes diplomatas brasileiros.

— *Lembre-se, que como já foi dito anteriormente, é de extrema relevância que se tenha conhecimentos sobre os “tomadores de decisão”.*

Assim, você pode perceber que a evolução das estratégias e do posicionamento diplomático brasileiro, com relação às questões internacionais, é determinada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), que por sua vez deve interpretar as questões mundiais e configurar as ações do Brasil para sua inserção no sistema internacional.

Esta metodologia de trabalhar a política externa remonta ao Barão do Rio Branco que utilizou o poder, sem uso de violência, bem como todos os recursos diplomáticos, para solucionar os conflitos de fronteiras que se apresentavam em sua época. Além disso, ele também tratou da cooperação e da inserção internacional brasileira, de forma realista, utilizando-se do direito e da diplomacia como meios de resolução de conflitos.

Tradicionalmente, desde o início do século XX, o Brasil e sua diplomacia vêm desenvolvendo a cultura de participação em fóruns multilaterais, na crença de que há interesses gerais para a condução do sistema internacional e também privilégios a serem alcançados, em relação a tensões internacionais brasileiras.

Com isso, **a diplomacia** nacional estabelece uma ampla **análise da realidade internacional** em conformação com a legitimação do ordenamento mundial, realizado por meio de **instituições internacionais multilaterais**. Desta forma, há uma busca pela redução de problemas diplomáticos com a **manutenção de uma agenda de política externa brasileira** que evita que os mesmos sejam estabelecidos e influenciados por problemas internos de ordem conjuntural.

Assim sendo, destacamos a relevância do trabalho contínuo dos diplomatas brasileiros. A partir do momento que a tomada de decisões internacionais se limitam ao MRE, fica fácil a

manutenção do norteamento do posicionamento do Brasil na sociedade internacional.



Como características intrínsecas à condução da diplomacia nacional, destaca-se, portanto, a **preservação da agenda de desenvolvimento**, bem como as **negociações comerciais**, sempre preservando a segurança internacional e a maneira de condução diplomática.

Atualmente, com o advento dos processos de globalização e regionalização, a diplomacia brasileira exerce forte influência nas decisões e na condução dos blocos internacionais dos quais participa. Exemplo claro ocorreu quando, com o objetivo de exercer poder frente à ALCA, a diplomacia brasileira propôs para a América do Sul a criação de uma Área de Livre Comércio Sul Americana (ALCSA), com o objetivo de **unir os países da região em um único espaço comercial e econômico**.

Há que se destacar ainda a proposta feita com o intuito de estabelecer uma nova área de livre comércio entre blocos regionais: Mercosul e União Européia, visando fortalecer, principalmente o Brasil, e harmonizar o sistema internacional.



Essa proposição não obteve sucesso até o momento. É certo que Brasil, Mercosul e União Européia são fortes parceiros comerciais, mas a união entre os blocos regionais acabou por enfatizar a diversidade de interesses, bem como de políticas de condução econômica e comercial dos Estados-parte.

Percebe-se, portanto, a forte presença do multilateralismo na condução da política externa brasileira exercida pelos diplomatas, liderada pelos Presidentes. Fernando Henrique Cardoso foi um defensor do multilateralismo, no seu entendimento, o Brasil sozinho no cenário internacional não teria condições de fazer as proposições (acima citadas), nem como intervir no estabelecimento da defesa e da condução do sistema internacional.

Entretanto, como comentado na seção anterior, o Mercosul foi uma experiência extremamente exitosa. Mesmo com as diversas crises econômicas e sociais que os países enfrentam, o sucesso

comercial, principalmente o intrabloco, consolida o Mercosul no cenário internacional.

Além disso, não se pode deixar de comentar todas as mudanças econômicas e reformas sofridas pelos países durante o próprio processo de consolidação do bloco que fez com que os mesmos desenvolvessem seus mercados internos, a fim de propiciar a vinda de investimentos externos para a região. Com isso, **a abertura comercial, a liberalização econômica e o combate à inflação** foram também promovidos pela **busca da integração regional**.

A **defesa da democracia** também foi consolidada por intermédio da conformação do Mercosul, bem como sua inserção internacional em acordos internacionais importantes para a manutenção do *status quo* do sistema internacional. O sucesso do Mercosul ainda é destacado em sua participação em questões de ordem internacional comuns, como a oposição as diversas situações de conflito, como Israel-Palestina e Índia-Paquistão, bem como o comportamento unilateral adotado pela política externa de G. W. Bush.



Por outro lado, há que se destacar a condução da diplomacia na política externa do governo Lula. A intensa agenda internacional desenvolvida pelo atual Presidente em conjunto com a promoção de um certo “desligamento” do consenso do liberal norte-americano, fez com que se recuperasse a capacidade de negociação do país.

O Brasil, durante muito tempo, aceitou as agendas estabelecidas por países desenvolvidos, limitando seu poder de negociação. Atualmente, o país adquiriu melhor diálogo com os Estados Unidos e possui uma diplomacia extremamente respeitada em nível internacional. Este aspecto da retomada da condução das negociações nos últimos anos fez com que o Brasil se tornasse influente inclusive para contribuir na condução do sistema internacional, adquirindo poder e força de atuação neste cenário.



O **multilateralismo** também está enfatizado nas ações diplomáticas de busca por cooperação com os países da América do Sul, principalmente com os andinos, como também com países da África Austral, países Árabes e ainda com a Índia, China e Rússia. Essa aproximação implementou consideravelmente as parcerias comerciais do Brasil e permitiu o estabelecimento de novas alianças como o G-3 e o G-20, influentes marcantes no cenário global.

A diplomacia brasileira ainda tem muito que trabalhar pelos interesses do país, mas mostra-se extremamente ativa quando contesta e busca aliados para a solução de problemas e mostrando respeito pelas posições conflituosas de alguns países, sem intervir diretamente nas questões internas desses Estados, como Cuba, Líbia, Síria e Venezuela, por exemplo.

Assim, a diplomacia mostra-se adequada à realidade do ordenamento mundial implementando projetos de desenvolvimento e crescimento nacional. Espera-se que as expectativas geradas sejam mantidas para os próximos anos, destacando a habilidade da política externa brasileira para o avanço da nação.

Seção 3 - A União Européia: um novo ator global

Como você já estudou na Unidade 4, o sistema global no mundo contemporâneo tende a aprofundar o nível de integração em diversas áreas. Do setor de telecomunicações até as operações bancárias, do comércio mundial até o desenvolvimento de relações políticas, os Estados Nacionais estão em constante processo de aproximação e diálogo. Isto não significa que embates e confrontos políticos e econômicos deixarão de existir. Antes, o que podia se verificar, desde o fim da Guerra Fria, era a substituição do conflito bilateral Comunismo X Capitalismo para um modelo de conflitos plurilaterais.

China, Japão, Alemanha, França e mesmo os países emergentes como o Brasil, Índia e África do Sul vêm potencializando, através das disputas comerciais, o jogo do poder econômico global. Como você já estudou anteriormente, as inúmeras experiências de integração econômica regional como o Mercosul,

o Nafta e a Alca, demonstram e refletem a vigência dos interesses comerciais entre os Estados.



Nesse sentido, a União Européia pode ser considerada a primeira tentativa de integração comercial, política e social do século XX. Mesmo caracterizada por inúmeras diferenças, econômicas, culturais, lingüísticas, étnicas e religiosas, os países do Continente Europeu iniciaram, em meados do século XX, uma união que parecia irreversível.

Com o fim da II Guerra Mundial em 1945, a unificação e fortalecimento do bloco europeu teve o primeiro passo com a assinatura dos Estatutos do Conselho Europeu em Londres no ano de 1949. O Plano Marshall, de recuperação da Europa em 1947, permitiu que a região ocidental, sob influência de Washington, tivesse a possibilidade de estabelecer um comércio triangular entre os países do oeste europeu, Estados Unidos e países em desenvolvimento. Com o Plano, foi criada **Organização Européia de Cooperação Econômica, OEEC**, com o objetivo de distribuir a ajuda norte-americana e fomentar o crescimento econômico entre os 16 países capitalistas europeus.

Apesar dos maciços investimentos, a situação pós-guerra era bastante delicada. Além das dívidas externas, a inflação era crescente e havia uma carência de capital interno. Somava-se a essas considerações o processo de descolonização da África, fazendo com que os antigos impérios Europeus perdessem, além de mercado, prestígio e poder global. Todavia, o mercado comum, durante a década de 1960, proporcionou a França, Itália e Alemanha Ocidental um crescente desenvolvimento econômico.

Também os países que compunham o BENELUX – Bélgica, Holanda e Luxemburgo, desde a assinatura do bloco em 1944, obtiveram um gradual êxito na recuperação econômica. Tal acordo fixava uma política comercial homogênea sem barreiras, isto é a livre circulação de mercadorias, além de medidas protecionistas.

De início, compreendeu uma simples união aduaneira com a uniformização das taxas alfandegárias. Essas duas características iniciais da integração européia contaram com uma política de mútua cooperação tecnológica, comercial e militar.

No que diz respeito a integração industrial e tecnológica, foi formada em 1951 a **Comunidade Européia do Carvão e do Aço** – CECA. Nesse acordo foi estabelecida uma cooperação industrial entre as indústrias carboníferas e siderúrgicas dos países que integravam o BENELUX, além da França, Alemanha Ocidental e Itália.

Finalmente, após essa trajetória de tratados e acordos políticos e comerciais, a assinatura do Tratado de Roma em 1957, consagrou a formação da **Comunidade Econômica Européia** – CEE. O bloco também ficou conhecido como **Mercado Comum Europeu**. Conseqüentemente, o bloco despertou o interesse de uma integração mais ambiciosa e, de fato, continental, atraindo para o ingresso a Irlanda, Dinamarca, Inglaterra, Grécia, Portugal e Espanha.



Entre as regulamentações da Comunidade foi estabelecida uma gradual eliminação de tarifas aduaneiras permitindo, com isso, uma livre circulação de produtos. E mais, permitiu-se a livre movimentação de mão-de-obra e houve tentativas de igualar os direitos e os salários dos trabalhadores. Em 1990, após a queda do muro de Berlim, e com a União Soviética se desintegrando, ingressam ainda a Alemanha Ocidental e Oriental, já unificadas.

Apesar de todos esses avanços, e dos dispositivos de integração plena, a criação da União Européia, ocorreu apenas em 1992, quando 12 Estados assinaram o Tratado de Maastricht na Holanda (cidade da qual deriva o nome do Tratado).



Ficava fixada a intenção na aceleração de um acordo que estabelecesse uma **unidade monetária comum**, a adoção de uma **política externa comum** e uma **legislação trabalhista, regulamentações sobre o subsídios agrícolas, controle de inflação**, e, por último o **compromisso de criar o mercado único em 1º de janeiro de 1993**.

Em 1995, ingressaram no Bloco a Áustria, Suécia e Finlândia. Sendo que em 2002, Polônia, Hungria, Eslovênia, Eslováquia, República Tcheca, Malta, Chipre, Estônia, Letônia e Lituânia

foram admitidos na União Européia. Entretanto, a Suíça, a Noruega e a Islândia até 2005, não demonstraram interesse em integrar-se ao megabloco europeu.

Observe algumas características da União Européia:

- Maior PIB – Produto Interno Bruto;
- Euro – moeda do Bloco – se equipara ao dólar;
- Maior população;
- Maior mercado do mundo;
- Maior doadora para fundos de assistência;
- Não é a detentora do maior poderio militar global;
- Revezamento do mandato do Presidente do Bloco a cada 6 meses;
- Decisões são tomadas por votação no Conselho de Ministros;
- Dificuldades em tomadas de decisões conjuntas;
- A União Européia se mantém como aliada aos Estados Unidos e, mesmo que esse país tome decisões unilaterais, os europeus acabam por não interferir.



Síntese

Tendo em vista os antecedentes do comércio internacional brasileiro, sabe-se que foi a partir de 1990, que a liberalização comercial foi grandemente acelerada. Até então, a economia era marcada por um amplo protecionismo, por causa de todos os acontecimentos vindouros desde a década de 30.

Obviamente, que o processo de liberalização ocorre gradualmente. Por isso, pode-se dizer que na década de 1990, o país retomou a idéia de país tradicionalmente liberal no comércio exterior, que o caracterizou no período anterior a 1930.

Assim, fica claro que o comércio internacional brasileiro passou por altos e baixos durante o século passado. O mais

importante foi a abertura comercial pela qual o país atravessou, demonstrando estar disposto às mudanças da nova ordem mundial. O que se verifica é a ascensão brasileira no cenário internacional como país emergente, âncora do Mercosul e importantíssimo para a formação da ALCA .

Contudo, os países obrigatoriamente deverão se estabilizar a fim de não serem atingidos por desestabilidades econômicas gerais para não abalar sua credibilidade internacional.

O importante, porém, é salientar que o Brasil é um país que possui um mercado consumidor altamente atrativo, possui vários recursos naturais e uma imensa vontade de interagir no meio internacional. Todos os caminhos o levam ao sucesso, mas a estrada é longa e árdua. Muitos problemas devem ainda ser solucionados, tanto em questões econômicas como em políticas e sociais.



Atividades de auto-avaliação

- 1) Qual a importância efetiva da democracia para o processo de cooperação internacional entre os Estados?

2) Comente sobre o processo de redemocratização e a abertura comercial do Brasil.



Saiba mais

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Edunb, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.



Para concluir o estudo

Na disciplina de Introdução às Relações Internacionais você estudou as diferentes dinâmicas que compõem a formação dos Estados Nacionais e as variáveis do processo de integração global. Além disso, você teve a oportunidade de verificar os modelos teóricos explicativos desses processos e das transformações da ordem mundial.

Como foi analisado, você estudou os paradigmas teóricos e analíticos da disciplina de Relações Internacionais e verificou a importância de se perceber as influências e as transformações do sistema global.

Ao acompanhar as dinâmicas do sistema global, você teve a oportunidade de analisar as transformações do mundo contemporâneo. Mercosul, ALCA, União Européia, o surgimento de novos atores globais, fenômenos como a globalização e o terrorismo, a interdependência econômica, a desintegração do mundo socialista. Enfim, a contemporaneidade que cada vez mais exige o aprofundamento da análise para a compreensão da complexa Aldeia Global.

Os fluxos comerciais, a integração econômica, o aprofundamento da desigualdade econômica norte-sul, os conflitos em relação ao protecionismo comercial, os subsídios agrícolas, a imigração clandestina são temas que demandam uma sistemática construção analítica. Portanto, nossa intenção aqui foi de proporcionar a você o contato com alguns desses temas. Cabe agora continuar seus estudos e aprofundar seus conhecimentos.

Um abraço,

Professores Antônio Elíbio e Morgana Matos

Sobre os professores conteudistas



Antônio Manoel Elíbio Júnior

Graduado em História, pela Faculdade de Educação – FAED da Universidade Estadual de Santa Catarina. Mestre em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professor nos Cursos de Comunicação Social, Turismo e Relações Internacionais (UNISUL), ministra nesse curso as Disciplinas de Diplomacia e Política Exterior Brasileira e Sociologia do Desenvolvimento. Autor de inúmeros artigos em Revistas Nacionais e Internacionais e co-autor do livro História de Santa Catarina no Século XX pela Edufsc.

Morgana Aparecida de Matos

Graduada com licenciatura plena em Letras/Inglês, pela Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). Bacharel em Relações Internacionais, pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Mestre em Relações Internacionais para o Mercosul, pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Atua como professora desde 1992, sendo que, na UNISUL, leciona as disciplinas Diplomacia e Política Exterior Brasileira e Estudos da Europa, no curso de graduação em Relações Internacionais. Empresária da área de eventos.



Referências

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Relações Internacionais Contemporâneas: a ordem mundial depois da Guerra Fria**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. 2. ed. Brasília: Edunb, 1986.

BEDIN, Gilmar Antonio; OLIVEIRA, Odete Maria de. et alli. **Paradigmas das relações internacionais**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2004.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002.

CHARLOT, Mônica; MARX, Roland. **Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX – 1914 – 1991**. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios: 1870-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LESSA, Antônio Carlos. **História das Relações Internacionais: a pax britânica e o mundo do século XIX**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

MOREIRA, Adriano. **Teoria das Relações Internacionais**. Coimbra: Almedina, 1996.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Edunb, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

TURAZI, Maria Inez. **Poses e Trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo. (1839-1889)**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

WENDZEL, Robert L. **Relações internacionais**. Brasília: Edunb, 1985.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. Brasília: Edunb, 1985.

Respostas e comentários das atividades de auto-avaliação



Unidade 1

1)

- Primeiro país que estabeleceu uma supremacia militar, sobretudo em relação a sua grande frota naval;
- Despontou como a primeira potência mundial no processo de produção em larga escala;
- Estabeleceu um forte sistema financeiro e bancário;
- Nesse país teve início a 1ª Grande Exposição Universal;
- Construiu um vasto sistema de transporte ferroviário interligando o país e tornando-se a nação com o maior volume comercial do mundo.

2) A Revolução Industrial estabeleceu uma nova organização da força de produção do sistema capitalista internacional. O uso do vapor, do ferro, do aço, a construção de um integrado sistema de transporte ferroviário foram alguns dos elementos que instituíram uma percepção de desenvolvimento econômico e social. O surgimento de grandes cidades, as Exposições Universais, a expansão imperialista, de certa forma, somente foram possíveis devido ao rápido crescimento do setor produtivo industrial. Nesse momento, sensibilidades de pertencimento a um território e a uma nação protegida por um Governo central, tornaram-se elementos fundamentais no processo de consolidação do Estado Nacional. A burguesia comercial e industrial desponta, no século XIX, como porta-voz da civilização ocidental e torna o Estado como o principal defensor dos seus interesses, tanto internos como externos.

Unidade 2

1) Partindo-se dos pressupostos teóricos de Hobbes, o Realismo considera o poder como elemento central de análise das relações internacionais. Considerando que todos os Estados vivem em estado de anarquia com a ausência de um poder soberano na sociedade internacional, surge a busca constante pelo poder, onde cada um tenta maximizar sua força. Os Estados são o principal objeto de estudos das relações internacionais. Suas principais características, portanto, são:

- O homem vive em constante luta pelo poder;
- Os Estados, por sua vez, estabelecem essa busca pelo poder nas relações internacionais;
- Os Estados, conseqüentemente visam a capacitação militar e a segurança nacional;
- As Organizações Internacionais não conseguem oferecer proteção irrestrita aos Estados por não possuírem poder supranacional sobre os mesmos;

2) **Realismo:** considera o poder como elemento central de análise das relações internacionais.

Liberalismo: o livre-comércio e a democracia são capazes de garantir a paz e a prosperidade dos Estados.

Liberal/Idealismo: Acredita na influência direta do Direito Internacional na condução das Relações Internacionais, na paz entre os Estados e na perfectibilidade humana, ou seja, no conceito idealista, as organizações internacionais são o meio mais eficaz de se alcançar os objetivos de equilíbrio entre as Nações e de estabelecer a cooperação entre as mesmas.

Interdependência Complexa: Tem como base as mudanças econômicas do cenário mundial e a necessidade de se reformular as teorias das Relações Internacionais que não englobavam os novos fatores de mudança da realidade mundial.

Sociedade Internacional: Considera a anarquia como meio de manutenção e ordenamento mundial.

Teoria Crítica: enfatiza que o realismo aparece como um discurso elaborado pelas grandes potências a fim de consolidarem seu poder mundial no sistema atual. Afirmam que as teorias devem não só constatar a realidade, mas também produzir análises e funcionar como meio de mudanças sociais no mundo.

Teoria Pós-Modernista: Na teoria das Relações Internacionais, a ciência tem um lugar superior na ordem do saber por proporcionar conhecimento objetivo e a modernização, conduzir ao progresso e ao maior bem-estar para todos.

- 3) O paradigma realista ainda persiste nos dias atuais. Constatamos isso na constante busca por poder e segurança por parte dos Estados e também pela fraca influência dos demais atores internacionais na sociedade global (comparando com a força de superpotências). Entretanto, há que se destacar a importância de fatores econômicos na condução da sociedade internacional, verificando a necessidade de ampliação das vertentes teóricas. O estabelecimento do processo de globalização se deu por meio do debate da influência exercida pelos diferentes fatores contemporâneos como a economia internacional, a cooperação entre os Estados e a interdependência existente entre eles. O Estado deixa de ser o único e principal ator das Relações Internacionais, conforme apregoa a teoria realista.

Os paradigmas das relações internacionais apresentam diferentes objetos de estudo, sem deixar de considerar como fundamental a crítica à Teoria Realista. Isto porque, durante muito tempo, foi ela a única vertente teórica que conseguia explicar os complexos fenômenos que ocorrem no sistema internacional.

Unidade 3

- 1) A soberania é um dos alicerces da análise das relações internacionais, pois está na base da formação da entidade política que é o Estado e ainda mantém a identidade nacional dos territórios com a transnacionalização das fronteiras.

Por outro lado, a formação da sociedade internacional configura na perda relativa da soberania por parte do Estado, em detrimento do que se pode chamar de poderes menores instaurados e acordados entre eles, relativos às relações internacionais, e que disciplinam e organizam o âmbito internacional.

- 2) Destaca-se nesse cenário anárquico da Sociedade Internacional, que os atores não estatais buscam atuação em setores descentralizados e principalmente, sobre temas globais. Seu poder está centralizado na busca de ações de interesses transnacionais. Exemplo disso, são as Conferências Mundiais sobre Direitos Humanos, Meio Ambiente entre outros, que visam, principalmente questões de origem social e não político-militar.
- 3) O Regionalismo consiste em um processo de união de Estados soberanos, visando a ampliação das interações socioeconômicas destes atores. Considerando-se que na sociedade internacional vários atores são importantes para o processo de integração, observa-se que o próprio mercado internacional, por intermédio do advento do comércio criou mecanismos de interatividade transfronteiras, alheios às vontades dos próprios Estados Nacionais.

Dessa forma, o regionalismo surge entre os governantes como meio facilitador das ações de mercado, no intuito de buscar uma unidade e alcançar seus objetivos próprios.

Unidade 4

- 1)
 - Período de massacres de civis em escala global;
 - Revolução socialista na Rússia;
 - Bipolarização do poder global entre os Estados Unidos e União Soviética;
 - Formação de blocos econômicos.
- 2) A ALCA é a Área de Livre Comércio das Américas e pretende reunir os 34 países do continente americano. O MERCOSUL já é um bloco formado integrando 5 países (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e recentemente Venezuela). O MERCOSUL consiste em um mercado comum com tarifa externa comum (TEC).

Unidade 5

- 1) Sem a efetivação da democracia não haverá cooperação internacional. A implementação e a evolução dos modelos democráticos de Estado estabelecem o avanço no plano político internacional e o ordenamento da sociedade anárquica, observando diretamente as necessidades e os interesses de cada envolvido. Com o avanço da democracia, diminuem os conflitos ideológicos que em função do poder, acabam legitimando a violência praticada no mundo.
- 2) O processo de redemocratização do Brasil ocorreu do final da década de 80 com o fim do regime militar e também em conformidade com o término da Guerra Fria, em conjunto com um processo de abertura econômica. A redemocratização fez com que o povo retomasse sua participação na tomada de decisões, mas muitos problemas de ordem política interna surgiram, como a corrupção, a falta de ética e de moral de muitos políticos eleitos representantes populares.

Quanto às questões econômicas e comerciais, o processo de redemocratização brasileira é marcado por três aspectos: a redução da inflação, a abertura ao mercado internacional, e as reformas de ordem econômica.

A abertura do mercado nacional à competição internacional promoveu profundas modificações na estrutura produtiva do país, em relação a qualidade e aos preços dos produtos nacionais que procuram acompanhar os padrões do mercado mundial.